



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Seminário	Nº: 1458/08	DATA: 06/11/2008
INÍCIO: 10h14min	TÉRMINO: 12h42min	DURAÇÃO: 02h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h27min	PÁGINAS: 49	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAGNO MALTA – Senador da República e Presidente da CPI da Pedofilia.
CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA – Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.
GUILHERME SCHELB – Procurador da República.

SUMÁRIO: Seminário: *A Influência da Pornografia nos Casos de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.*

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve exibição de imagens.



O SR. APRESENTADOR (Paulo Sérgio) - Senhoras e senhores, bom dia.

Inicia-se neste instante o Seminário *A Influência da Pornografia nos Casos de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, promovido pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da Câmara dos Deputados.

A Mesa de Honra está assim composta: Exma. Sra. Deputada Marina Maggessi, Primeira Vice-Presidenta da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Exmo. Sr. Deputado João Campos, autor do requerimento de realização deste Seminário, e Exmo. Sr. Senador Magno Malta, Presidente da CPI da Pedofilia.

Senhoras e senhores, neste momento, fará uso da palavra S.Exa., o Deputado João Campos, autor do requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Antes, em homenagem ao companheiro Deputado Mussa Demes, que faleceu hoje, gostaria que fizéssemos 1 minuto de silêncio. O Deputado Mussa Demes estava no seu sexto mandato.

(É prestada a homenagem solicitada.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Com a palavra o autor do requerimento de realização deste Seminário, Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Quero cumprimentar a Sra. Presidenta, Deputada Marina Maggessi; o palestrante, Senador Magno Malta, que vem realizando um grande trabalho na Presidência da CPI que investiga a pedofilia neste País, para disponibilizar ao Congresso Nacional e à Nação dados e elementos que vão possibilitar o enfrentamento da questão com maior eficácia; os demais palestrantes, na pessoa do Procurador da República Guilherme Schelb; os representantes da Polícia Civil de alguns Estados que comparecem atendendo ao convite da Comissão; o Chefe da Polícia Civil de Tocantins, Dr. Abizair Paniago; do Rio Grande do Norte, Dr. Bem-Hur Medeiros, e todos os que se interessaram pelo tema, dada a sua importância e conseqüências para a sociedade.

Nosso Seminário tem como título *A Influência da Pornografia nos Casos de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*.

Tema correlato com o assunto objeto da CPI presidida pelo Senador Magno Malta, a pornografia, com certeza, é um dos elementos fomentadores da violência



sexual, na qual se inclui a pedofilia — não só ela, que, na verdade, é uma das violências que ocorrem por estímulo da pornografia.

E, de alguma forma, a pedofilia é financiada pela sociedade brasileira, na medida em que a Constituição Federal isenta de impostos o material gráfico utilizado pelos veículos de comunicação, pela imprensa em geral, e não faz nenhuma excepcionalidade a publicações, ainda que elas tenham esse viés.

Por isso, essa deve ser uma das abordagens que faremos aqui, para discutirmos até que ponto essa regra constitucional precisa ser absoluta ou se não deveria haver algumas exceções, na medida em que tais publicações provoquem malefícios para a sociedade. Há aí certo contra-senso: a Constituição estabelece esse tipo de financiamento ao conceder isenção, determinadas publicações, porém, provocam conseqüências danosas para a sociedade brasileira. Portanto, esse há de ser um dos objetos da nossa discussão.

O Seminário se desenvolverá durante este dia com abordagens específicas.

Quero exaltar a contribuição do Prof. Cláudio Rufino. Estudioso dessa matéria, o professor participou, na condição de expositor, de audiência pública desta Comissão há pouco tempo, e foi exatamente essa audiência pública que nos encaminhou para a realização deste Seminário.

Com certeza, as palestras que aqui serão proferidas trarão informações que vão orientar não só o trabalho da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e do Parlamento, mas também produzir informações e conhecimento para os interessadas no tema que aqui vieram, quer sejam pais de família, quer sejam professores universitários, do ensino médio ou do ensino fundamental.

Na condição de autor do requerimento, Sra. Presidenta, quero apenas manifestar a minha alegria e dar boas-vindas a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Obrigada, Deputado João Campos, e parabéns pela iniciativa. Esse é um tema que deve ser muito comentado, principalmente em razão da exploração sexual e do turismo sexual que ocorrem em nosso País, acentuadamente no Nordeste, mas também no meu Estado, o Rio de Janeiro. Aliás, ainda ontem, li que meninas se prostituem nas



favelas para comprar *crack* — hoje, essa droga devastadora está muito ligada à exploração infantil. Meninas e até meninos cobram 1 real para se prostituírem e, assim, conseguir manter o seu vício.

É com muita honra que passo a palavra ao nosso palestrante. Antes, porém, informo que talvez eu tenha de sair mais cedo, porque tenho um compromisso às 11h, mas vou fazer força para escutar todo o pronunciamento de S.Exa.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Deputada Marina Maggessi, antes do início da palestra do Senador Magno Malta, peço licença para fazer um pequeno registro.

Sou Deputado pelo Estado de Goiás e colega de bancada do Deputado João Campos. Passei aqui apenas para registrar que o Deputado João Campos tem uma vida dedicada à área da segurança pública e a temas como o que ora estamos debatendo aqui. S.Exa. é um Deputado que tem levado essa discussão no mais alto nível e tem atuado de maneira relevante na Comissão de Segurança Pública. Esse tema afeta a todos nós. Estatística recente diz que um dos maiores índices de internação de mulheres no Brasil é de jovens com média de 14 anos de idade para dar à luz seu primeiro filho. Naturalmente, essas crianças são vítimas da exploração sexual, do abuso sexual e de outras práticas condenáveis.

Quero, então, deixar registrado os meus cumprimentos ao Deputado João Campos, um orgulho da bancada do Estado de Goiás e que atua nessa área com muita competência e conhecimento.

Com brilhante trajetória na área de segurança pública, também o palestrante, o Senador Magno Malta, que foi Deputado Federal e teve nesta Casa uma atuação impecável, faz intransigente defesa dos direitos das pessoas que sofrem as agressões a que assistimos todos os dias neste País.

Por fim, Sra. Presidenta, parabéns também a V.Exa. pela atuação que tem na área.

Muito obrigado pela oportunidade de fazer este registro e parabenizar o Deputado João Campos pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Muito obrigada, Deputado.



O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sra. Presidenta, com a permissão de V.Exa., peço desculpas ao amigo Deputado Luiz Bittencourt, a quem vi entrar neste plenário, mas, atento às anotações que eu então fazia, não observei que S.Exa. tinha tomado lugar aqui conosco.

Obrigado pela presença, nobre Deputado. Desculpe-me por não ter feito as devidas referências a V.Exa. Obrigado principalmente pelas palavras, que, com certeza, são fruto de sua generosidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Tem a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. SENADOR MAGNO MALTA - Meu bom dia a todos.

Agradeço à Comissão de Segurança o convite. Tive o privilégio de ser um dos lutadores — para não dizer que ajudei a fundá-la — pela criação da Comissão de Segurança na Câmara dos Deputados. E tive também o privilégio de participar de sua primeira reunião, para eleger o seu primeiro Presidente, a quem quero homenagear igualmente, porque é um lutador da causa e do enfrentamento da violência no Brasil, principalmente o narcotráfico, o ex-Deputado Moroni Torgan, que tanta falta faz ao Parlamento brasileiro.

Fico feliz por ter recebido o convite para aqui estar, Deputada Marina Maggessi, delegada eficiente, combatente e combativa, do Rio de Janeiro. Embora V.Exa. não saiba, acompanho de longe a sua trajetória — e nunca sabemos os reflexos das nossas ações, quando estamos expostos à vida pública. Quero, então, cumprimentá-la e abraçá-la pelo seu trabalho e também por este momento.

Cumprimento a Sra. Carmen de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos, uma pessoa especial, e também a sua assessora. Aliás, se pudesse, eu nomearia a Sra. Carmen Senadora *ad hoc* para que ela pudesse participar, juntamente conosco, da CPI da Pedofilia. E não é a experiência da Sra. Carmen que soma; é a nossa tentativa de ajudar que soma à sua experiência, pelo vasto conhecimento que possui, pela dedicação à causa ao longo dos anos. Quando faço uma palestra onde S.Sa. está, fico meio sem saber o que vou dizer e, aí, decido falar de improviso, porque é do meu jeito de ser, e logo me destravo totalmente.



Cumprimento o Dr. Guilherme Schelb, Procurador da República, por quem nutro grande admiração. Sua presença, sem dúvida alguma, Dr. Schelb, enriquece este encontro.

Cumprimento também os Deputados, as autoridades civis e religiosas e demais presentes.

Saúdo a Dra. Leila Quintanilha de Sousa, a quem fui apresentado agora e que é a Delegada-Chefe da Dra. Juliana Cavaleiro, a assessora designada pela Polícia Federal para compor o quadro de apoio da CPI da Pedofilia. Aliás, Deus me deu a graça de aprender, quando presidi a CPI do Narcotráfico nesta Casa, que, para dirigir uma CPI, antes é preciso constituir a sua base, a sua assessoria. Com todo o respeito que tenho à Assessoria da Casa, composta de técnicos preparados e que sabem mais do que todos nós, não se pode presidir uma CPI sobre pedofilia, narcotráfico etc. sem se acercar do Ministério Público Estadual e Federal, da Polícia Federal, de peritos, de assessores do Ministério da Justiça e do Supremo Tribunal Federal, de juízes e representantes da Ordem dos Advogados. Tive, então, o cuidado de constituir essa assessoria — e aproveito para agradecer às associações, aos tribunais superiores, ao Ministério Público Federal e Estadual, que liberaram seus melhores quadros para compor a assessoria da CPI, uma equipe que trabalha de terça a sexta-feira, de 9h às 21h, construindo legislação para um País que não tem legislação para o enfrentamento do crime cibernético e do crime de pedofilia, seja ele relacionado com o crime organizado, seja ele um crime individual, como chamamos aqueles que acontecem às escuras, dentro de casa ou onde não se pode alcançar.

De maneira que faço o registro do meu agradecimento à Dra. Juliana Cavaleiro, Delegada da Polícia Federal. Registro também o meu agradecimento a todos os assessores da CPI, que têm abnegadamente se colocado à disposição do País.

Quero ainda homenagear uma pessoa muito especial, nobre Deputada Marina Maggesi, o Promotor José Rocha Neto, que está escondidinho lá atrás. S.Sa. é de Roraima e acompanhou de perto o emblemático caso do Procurador de Roraima, dos ricos de Roraima. Infelizmente, a pedofilia em Roraima é milionária, como é em São Paulo, no Rio e no meu Estado, o Espírito Santo. A pedofilia em



Roraima usa patente, usa toga, usa estola e tem cargo público, como ocorre no Brasil inteiro.

Descobriu-se neste País que a pedofilia não é só analfabeta, desdentada e bebedora de cachaça; ela também bebe uísque, mora em mansões e está nas colunas sociais. A pedofilia no Brasil reza missa, anda com a Bíblia na mão, tem mandato. Um crime dos mais nefastos e absolutamente nojentos, o abuso de crianças, no Brasil, sob minha ótica, em razão dos números que conheço, é maior do que o uso de drogas.

A CPI da Pedofilia, Deputado João Campos, nasceu de uma angústia do meu coração, quando, nesta Casa, no relatório da CPI do Narcotráfico, denunciei, porque foi constatado que traficantes de drogas tomavam crianças das famílias pela imposição do fuzil e à força de dinheiro.

Sabe a Deputada Marina Maggesi, mais do que eu, sobre essa matéria. E alguns pais não desavisados, mas por interesses pessoais, entregam seus filhos de tenra idade para que sejam expostos ao abuso.

Aliás, quero dizer que não sou doutor em nada. Tentei ser doutor, fiz vestibular para Direito 3 vezes, mas não passei em nenhum. Então, não sou doutor em nada. Sou um esforçado pela causa da vida humana. Há 30 anos, tiro drogados da rua. Minhas filhas nasceram nos braços de drogados. Há 30 anos acolho gente de cadeia, gente de gueto, gente da rua, mas não sou doutor.

Quando o Apóstolo Paulo falava em nome de Deus, às vezes, de repente, dizia: *“Agora, eu falo de mim, Paulo”*. Era coisa dele. Pois bem. Tudo o que eu vou falar aqui é de mim. Vou falar de mim, para não comprometer as pessoas que amanhã podem dizer: *“Mas eu não concordo com o que ele falou”*. Então, é tudo de mim mesmo.

Como dizia, uma angústia nasceu no meu coração, e eu denunciei a razão dessa angústia no relatório da CPI do Narcotráfico. De vez em quando, como ocupo muito a tribuna e tenho muito foco no combate à violência no Brasil, digo que se perdeu qualquer parâmetro, Dr. Schelb, que não há mais limites. Nós quebramos todos. Não sabemos onde vamos parar com a violência no Brasil, que ações vamos empreender a médio e longo prazos — porque, em curto prazo, parece que nada se pode fazer. Curto prazo é criar consciência. Curto prazo é produzir informação,



porque a falta de informação leva à deformidade, um grande problema da sociedade brasileira.

Sei que o debate não é esse, mas estamos falando também do uso de *crack*, de cocaína, de maconha e outras drogas. Somos uma sociedade de bêbados. Eu recupero drogados há 30 anos e sei que o álcool é absolutamente pior que todas essas outras drogas que citei. E ninguém chega a elas antes de passar pelo cigarro branco e pelo álcool, que são vendidos normalmente até nas escolas e nas faculdades. O álcool está na geladeira de casa. Então, vivemos em uma sociedade hipócrita que quer ver o jovem na cadeia, dentro da vala ou morto, porque a mente registra que toda a violência vem dele, vem de lá. Mas a sociedade hipócrita se alcooliza, comemora nascimento de criança com álcool, comemora os 15 anos da filha com álcool, comemora a Copa com álcool, vai para a porta da faculdade e não entra para assistir a aula. Fica lá fora, no *trailer*, bebendo.

Então, para onde vamos? Como vamos resolver o problema da violência? Com uma sociedade que se veste de branco e vai para a rua pedindo paz, com uma carteira de cigarro no bolso? Depois que a passeata se dispersa, cada qual vai para o seu bairro beber. Não estou entendendo nada. Onde vamos chegar?

Depois, quando pegamos um jovem de 13, 14, 15 anos cheio de *crack* na cabeça, fazemos a defesa da liberação do usuário: “O *traficante é o grande desgraçado, dá uma pena de 50 anos para ele*”.

Quem se mete no crime está pouco ligando se a pena é de 50 ou de 100 anos. O problema da violência na sociedade brasileira não é o traficante. É o usuário. A fábrica de *jeans* só é muito boa porque consumimos *jeans*. E ela cresce e faz *jeans* cada vez mais bonitos — aliás, hoje, cada vez mais rasgados —, porque o consumidor está protegido.

Aquele litro de gasolina que incendeia um ônibus com gente dentro é comprado com dinheiro de usuário. “*Vamos legalizar as drogas*” — e acho que até podemos fazê-lo no dia em que eu estiver consciente de que a pessoa que dirige a Van que leva minha filha para a escola fuma *crack* e isso para mim não ser qualquer problema. Desse jeito, pode legalizar. Podemos legalizar no dia em que eu souber que a pessoa que vai pilotar o avião em que eu vou entrar é viciado em cocaína e ficar tranqüilo com essa informação; que o diretor-financeiro da minha empresa é um



viciado em *crack* e achar que tudo está legal, que não tem problema. Se estivermos em paz com isso, legal. Não há problema em que o porteiro do prédio seja um cheirador de pó? *“Então vamos legalizar, porque aí melhora”*. Melhora?

Essa é a minha visão. Estou falando de mim, não de quem não conhece a lágrima de uma mãe que chora com um filho drogado.

Vou voltar ao tema, porque agora já descambe — e avisei que sou desenfreado.

Tenho 30 anos da minha vida colocados aqui e acho que perdemos os limites. A violência tomou um corpo enorme. Não sabemos onde isso vai parar e como ajudar a parar. Vivemos em um País que tem quase 200 milhões de pessoas, mas não chegam a 15 mil os homens da Polícia Federal. A Argentina tem 32 milhões de pessoas e 48 mil homens na sua Polícia Federal. No Brasil, não chega a 15 mil. E, se tirarmos os 5 mil que não são operacionais, que estão dentro dos escritórios, vemos que são apenas 10 mil os operacionais, e nem todos são, porque muitos são concurseiros — fizeram concurso para a Caixa e não passaram, fizeram concurso para o Banco do Brasil e não passaram. Não serão policiais nunca, fizeram concurso para a Polícia Federal e passaram, mas morrem de medo.

Aí, são mandados para a fronteira, e a mãe e o pai ficam atrás dos políticos: *“Dá para tirar o meu filho de lá? É perigoso.”* — *“Mas o seu filho não é polícia, senhora?”* — *“É polícia, mas lá é perigoso.”* — *“Sim, então, porque não fez concurso para a Caixa?”* — *“Fez, mas perdeu”*.

Portanto, entre os 10 mil restantes, ainda há aqueles que não são polícia. E vejam que a polícia faz milagre no Brasil — também a Polícia Civil —, apesar de toda a detração que se faz em cima dela, a mesma detração dirigida aos políticos, porque criminalizou-se a política aqui.

Qualquer gesto é malandragem. Por exemplo, este Seminário é absolutamente sério, mas amanhã vão dizer que só o realizamos porque a TV *Câmara* está filmando e vai ser exibido em nossos Estados. Dirão que estamos usando este Seminário para fazer política.

Então, é um negócio meio esquisito. Essas práticas todas estão criminalizadas, a política está criminalizada. A Polícia, por sua vez, é execrada. Então, é um negócio absolutamente difícil.



Com relação à pedofilia, comecei a fazer denúncias e a falar muito sobre o assunto. E virei uma espécie de delegacia, uma espécie de Disque 100. As pessoas me vêem na *TV Senado* discursando e, encorajadas, começaram a mandar *e-mails* para mim com denúncias. Pensei: “Como vou fazer?” O Ministério Público — com suas ações emperradas —, algumas polícias, por força de poder das figuras envolvidas, bem como mães com medo de denunciarem os maridos que abusavam do filho também começaram a me mandar *e-mails*. Comecei a receber igualmente imagens, porque o pedófilo é compulsivo. Além da tara do abuso e de querer realizar as suas fantasias sexuais, ele é exibicionista. Então, ele quer fotografar, filmar. O telefone celular com câmera facilitou a vida deles. E o advento da Internet muito mais.

A desgraça que a Internet representou para a família brasileira é do mesmo tamanho do benefício que trouxe. Com relação à pedofilia, num primeiro momento, foi uma desgraça, porque o sujeito pode navegar com o sigilo da Internet. O sujeito, num primeiro momento, está guardado. Ele pensa: “*Eu não serei pego. Eu vou navegar com a maior tranquilidade*”. Quando o Orkut chegou ao Brasil, eles começaram a se exibir de forma muito velada. Alguns, muitos corajosos, expunham até o rosto. Depois do Orkut, o Google, pensando no bem-estar do usuário, não comprou. O Orkut não foi produzido para o crime, mas para a sociedade, com o objetivo de dar um álbum fechado onde se pudesse ter privacidade para mandar uma foto de casamento para alguém da família, e só essa pessoa a recebesse. Por seu intermédio, a esposa poderia enviar uma foto para o marido que viajou etc. Ele foi feito para colegas de infância se encontrarem e terem privacidade. Não foi feito para bandidos.

Pois bem. Comecei a receber imagens e fui entrando num estágio de angústia. Então, chamei meu assessor e disse: “Faça um texto porque vou criar a CPI da Pedofilia”. Ele perguntou: “*Qual é o fato determinado?*” Perguntei: “Fato determinado? Eu preciso de fato determinado? A pedofilia por si só é fato determinado, rapaz! Ou eu preciso que alguém me diga que há alguém fumando *crack* ali para eu fazer a CPI do Narcotráfico? É narcotráfico! Vai escrever”. E ele foi escrever. No outro dia, estourou a Operação Carrossel. Não foi coisa combinada. Foi “jesuscidência”, coisa de Deus. Estávamos demandados pela Europa, e a Polícia



Federal entra numa operação que surpreendeu o País com duas prisões. Duzentos mandados de busca e apreensão, e eis o nosso erro, eis a nossa falha! Falha de quem? Do Executivo? Não. Do Poder Judiciário? Não. A dívida é do Legislativo, porque a lei é construída aqui. Portanto, uma dívida nossa. Duzentos computadores apreendidos. Neles foram encontradas 5 mil, 2 mil, 1.500, 300 imagens de crianças literalmente abusadas. E o nosso HD não tem registro para tanto.

Abro um parêntese para registrar a chegada dos Deputados Hugo Leal, do PSC, e Antonio Carlos Biscaia, do PT, autor da Lei Seca. Parabéns, Deputado, a Lei Seca não produz garganta seca, ela acaba com muitos acidentes.

Em seguida, senhores, peguei as imagens que eu tinha e fui aos Parlamentares. Isso logo depois da Operação Carrossel, que apreendeu 200 computadores, alguns deles com mais de 5 mil imagens, não apenas fotografias.

Aliás, pedi que trouxesse o meu computador para cá, porque, após o encerramento, quero abrir algumas imagens para os Parlamentares, operadores do Direito e policiais federais que aqui estão.

Não registramos o que é isso de fato. Quando se fala em abuso de criança, imaginamos o estrangeiro que vem para cá fazer turismo sexual, o caminhoneiro que parou para pegar meninas de 13, 14 anos que estão nos postos de gasolina.

O nosso HD, a nossa mente, não tem registro do que é pedofilia. Nunca registramos, *a priori*, um menino. É sempre uma menina. Não temos registro de criança de 1 ano de idade sendo abusada. O nosso HD não registra pediatra abusando de criança com 20 dias de nascida; não registra pai e mãe abusando de um filho de 1 ano de idade; não registra uma menina de 3 anos sendo abusada por 5 homens; não registra uma menina de 7, 8 anos de idade, ou um menino de 8, 9 anos aliciado no Orkut por outra criança, que não é uma criança, mas um monstro que mexeu com sua libido por 30, 60, 90 dias. Verdadeiras taradas e tarados, que tiram a criança de casa usando o MSN ou o telefone celular e dela abusam. Muitas crianças, inclusive, depois de sofrerem abusos, ficam viciadas em sexo.

Estou falando de quem? Do sujeito truculento, que encheu a cara de maconha? Do sujeito truculento e drogado? Não. Para nossa vergonha, estou falando de pastores, padres, empresários, políticos, gente que mora em cobertura. A pedofilia, no Brasil, é analfabeta, mas é doutora também.



A propósito, tivemos ontem a notícia de que o Dr. José Carlos Jacob de Carvalho, economista qualificado do Banco Central que ia ser ouvido pela CPI, tirou licença até 2010 e se evadiu para Portugal — ele tem dupla cidadania. O inquérito desse senhor é o fim do mundo. O que havia no computador dele... Foi demitido imediatamente pelo Senador Aloizio Mercadante, porque foi pego pela Polícia do Senado, na rede do Senado.

Estou falando de pedofilia, de abuso de crianças de tenra idade, no berço. Fomos pegos de surpresa quando o Dr. Eugenio Chipkevitch, lá de São Paulo, pediatra famoso, com muitos livros escritos — o mundo inteiro respeitava esse especialista em puberdade —, foi pego praticando abusos. E, para sua infelicidade, o Dr. José Carlos Blat foi o promotor do caso. Ele pegou 110 anos. Dopava as crianças com Dormonid. E a mãe, lá fora, depois de pagar uma consulta cara, esperava enquanto o filho era dopado para ser abusado.

Quem é o pedófilo? Muitas vezes, para nosso susto, é um sujeito acima de qualquer suspeita, por quem qualquer um põe a mão no fogo. Ele não deixa rastro. Por isso a surpresa quando é pego.

A partir daí, senhores, fui aos Senadores pedir que assinassem o requerimento de constituição da CPI. Alguns disseram: *“Não, isso é besteira, rapaz. Isso é um casinho aqui e outro ali. Isso não vai a lugar nenhum. Nós temos 6 CPIs aqui”*. Eu dizia: “Enquanto vocês estão gastando tempo com essa história de cartão corporativo, e deveriam deixar a Justiça, o Ministério Público discutir o assunto, há crianças sendo abusadas. Pelo amor de Deus!” Mas a mente das pessoas não registra isso, e elas diziam que eu estava viajando. Aí, eu dizia: “Então, olha o meu computador”. E quando olhavam, tomavam um susto. Todo mundo tem filho ou neto.

Fui ao Presidente do Senado, fui aos Líderes, mostrei para todos. E, a partir daquele momento, aprovamos a CPI e fomos para esse embate. O embate maior era com a Google. O Dr. Sérgio Suyama, em São Paulo, há 3 anos e meio, vinha fazendo esse enfrentamento. E a Comissão de Direitos Humanos dava respaldo aqui na Câmara, e essa foi uma dificuldade que tivemos lá no Senado.

Foram muitas lutas e audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos e, acho, na Comissão de Segurança, para tratar dessa questão, porque começou a haver desespero no Brasil, onde há 27 milhões de usuários do Orkut. O Orkut



parece que foi feito para o Brasil. O nosso é o país com maior número de usuários. Depois vem a Índia.

E a Google, mal orientada por advogados brasileiros, que, infelizmente, desculpem-me, nos envergonham, porque instruíam uma empresa multinacional a não cumprir a lei do País, dizia: *“O nosso servidor está na América. Nós só cumprimos lei nos Estados Unidos; aqui não, nosso servidor está lá”*. Mas nós temos um Código Civil. Se não temos lei para combater crime cibernético, minimamente, o Código Civil estabelece que, quando põe os pés neste País, a empresa é obrigada a cumprir a lei brasileira, porque, embora de outro país, ela se torna empresa brasileira.

Minimamente, portanto, toda empresa multinacional aqui tem de cumprir a lei do Brasil, mas eles insistiam em não fazê-lo. Foram brigas homéricas, a SaferNet já funcionava — e quero cumprimentar o Dr. Thiago, aqui presente, junto com o Ministério Público. Os Ministérios Públicos Estaduais eram desmoralizados, porque o cidadão os procurava, eles iam em cima, o juiz concordava e, depois, nenhum juiz neste País era atendido, ninguém era atendido, ordem judicial, nada era atendido. O pai via o filho exposto, chorando, procurava o Ministério Público, a Justiça, e nada.

Então a Google não cumpria nada aqui. E, se não cumpria nada aqui, essa empresa, que deveria estar a serviço do bem, começou a ser malvista pelas autoridades brasileiras, porque parecia que estava acobertando bandido.

Quando instalamos a CPI, convidamos a Google para uma audiência. Qual foi a nossa surpresa? Com muita felicidade, eles registraram que compareceriam — e eu não convoquei, eu convidei. *“Nós vamos, muito obrigado, parabéns por essa CPI”*. Mas era só um embuste. Quando chegou o dia marcado, *“por força maior de reuniões na América, não podemos comparecer”*. Eu disse, mas vai ter de vir do mesmo jeito. Aí, eu não convidei mais, eu convoquei e dei uma entrevista dizendo que eles viriam debaixo de vara.

Três horas depois me liga o ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos, meu amigo, dizendo: *“Magno, é o Márcio, fui contrato pela Google e não entendo nada disso, você me dá 5 dias.”* — *“Ah, está dado. E estou morrendo de felicidade”*. Ex-Ministro da Justiça sabe tudo, você vai mandar esse povo cumprir a lei. E ele disse: *“Com certeza”*.



Foi a melhor coisa para o Brasil o ex-Ministro ter defendido a Google. Com 5 dias, ele trouxe o diretor da empresa. Nós ouvimos o Dr. Alexandre Hohagen, que já veio com a disposição de assinar um termo de ajuste de conduta.

E essa foi uma vitória do mundo, porque o termo de ajuste de conduta assinado com a CPI, com o Ministério Público Federal, Dr. Schelb, com o Ministério Público, com a Polícia Federal, com o Brasil, abriu uma janela. Aquilo que era um limão para a Google aqui virou uma limonada; o Dr. Hohagen foi promovido a diretor para toda a América Latina, e a empresa será obrigada agora a assinar um termo de ajuste de conduta com todo o mundo, porque abrimos um precedente, e ele, que viveu o aperto, foi promovido para fazer isso com o mundo inteiro.

Então, quando ele prestou o depoimento, nós quebramos o sigilo de 3.264 álbuns fechados. A abertura dos álbuns sigilosos da Google, posso dizer aos senhores, foi o pior momento da minha vida. Primeiro, por olhar o rosto dos procuradores, dos membros da Polícia Federal, dos técnicos e dos peritos presentes. Para tanto, o PRODASEN — e quero agradecer ao Senado — montou toda uma estrutura.

Quando as imagens começaram a aparecer, eu vi, Deputado Biscaia, A Dra. Ana Lúcia, promotora lá na sua cidade, o Rio de Janeiro. a Dra. Carla Sandoval, do meu Estado, e outros promotores saírem para vomitar, alguns deles vomitaram bÍlis em cima da mesa.

Eu nunca imaginei que pudesse existir o que vimos ali. Quando digo isso, as pessoas tentam alcançar, mas o abuso é muito mais do que se pode imaginar.

Com a quebra do sigilo, encontramos 805 pedófilos, dos quais obtivemos o endereço eletrônico, o IP. A partir do IP, o PRODASEN, técnicos e peritos da Polícia Federal, juntamente com os engenheiros da SaferNet, desenvolveram um *layout* para que as operadoras de telefonia fixa e celular no Brasil pudessem nos entregar os sigilos telefônicos desses 805 pedófilos.

Nós quebramos esse sigilo telefônico, e, aí, a mesma conversa, Deputado Biscaia: o sigilo telefônico não vem; quando vem dizem que não encontraram. Como não encontrou algo que estava ligado naquele determinado horário? Fica parecendo que é algo seletivo.



Convocamos todos as operadoras de telefonia para uma audiência. Antes da audiência, mostrei as imagens e perguntei: *“Todos são pais?” “Somos.” “Não eu sou avô, eu tenho neto”*. Então, antes de começar a audiência vamos ver isso aqui. Quando eu abri aquilo as operadoras de telefonia... Naquele mesmo momento, fechamos um acordo para que nos juntássemos, a fim de que a telefonia do Brasil também assinasse um Termo de Ajuste de Conduta, que está sendo elaborado por advogados, com a Comissão.

Recebemos essas quebras de sigilo, e a Polícia Federal começa a armar as operações. A última operação foi um mico para nós. A operação da Polícia Federal ocorreu em 70 países e em 18 Estados brasileiros. Nos nossos Estados, fizemos 18 mandados de busca e apreensão, porque a nossa lei diz que se a pessoa não for pega teclando não é criminosa. O computador pode estar cheio de abuso de criança, o perito comprova que aquela pessoa é pedófila, mas ela não vai presa. E pior: na Operação Carrossel, a Justiça do Brasil vai pagar o mico, agora, porque terá de devolver os 200 computadores dos pedófilos.

Não dá mais para ser assim. Os 70 países foram demandados em operação comandada pelo Brasil. Os Drs. Adauto e Sobral são os homens da Polícia Federal de enfrentamento ao crime cibernético. O mundo reconhece o avanço técnico da Polícia Federal do Brasil, sem legislação. Fizemos busca e apreensão, e o mundo prendeu seus pedófilos, entregues pelo Brasil, demandados por aqui, e os nossos continuam soltos.

Pedi uma audiência com o Presidente da República e ele me recebeu. O Presidente Lula é um homem absolutamente sensível. Quando se fala da miséria humana, ele se emociona e chora com muita facilidade. A sua origem o leva a se comportar dessa forma. Ao assentar-me com o Presidente Lula e os membros da CPI, preparei duas imagens. Quando abri uma imagem do tenente que se suicidou em São Paulo, um homem acima de qualquer suspeita, maravilhoso, como dizem as pessoas do condomínio onde morava, abusando de uma criança de 2 anos, o Presidente Lula ficou muito angustiado, desesperado, com o rosto e o pescoço suados, o que nunca tinha visto antes. Ele me disse o seguinte, Deputado Biscaia: *“Magno, o povo vai vir para a rua pedir pena de morte”*. Eu disse: *“Vai, Presidente”*.



E se não acelerarmos esse processo, as pessoas morrerão na rua, as pessoas vão matar na rua, como já começou a acontecer Brasil afora.

Se não criarmos um tipo penal que o Brasil não tem, vamos proteger muito mais os pedófilos do que as vítimas. A sociedade acordou, o Brasil não quer mais conviver com isso, as pessoas ganharam a capacidade e a coragem para denunciar. As pessoas saíram do casulo, milhões de brasileiros mandam *e-mails* todos os dias para a CPI, alguns com denúncia, outros que se dispuseram a contar sua própria história por nada, somente para desabafar. Há histórias tremendas, de médicos que estão fazendo cirurgia e começam a suar frio, têm de sair, porque lembram que foram abusados aos 7 anos. Professor universitário diz: *“Olha eu estou dando aula e me dá um branco. Eu fui abusado aos 5 anos”*.

As pessoas criaram coragem, e esse é o grande ganho da sociedade.

O Disque 100, do Ministério da Justiça, ganhou números, a partir do encorajamento da sociedade. As Polícias Federal e Civil, o Ministério Público e a sociedade se levantaram.

A partir daí ficamos num mato sem cachorro, sem legislação. Começamos a trabalhar, votamos a difusão vermelha, já apreciada no Senado — não sei como ela está na Câmara —, de muito interesse não só para o Brasil como também para o mundo.

Para os que não sabem, vou citar um exemplo. Se em Mônaco não houvesse a difusão vermelha, o Cacciola não poderia ter sido preso, mesmo com um mandado de prisão no Brasil. Essa é a difusão vermelha. Recebemos um mandado de prisão de um criminoso no País, e se aqui não houver uma difusão vermelha, não podemos prendê-lo. Além disso, no Brasil, para o turismo de pedofilia é usado o nome de turismo sexual. Há ainda outra iniciativa a ser tomada em relação à adoção de crianças no Brasil que são levadas para o exterior. Elas pensam que terão um pai, uma mãe, uma família, mas são adotadas para sofrerem abusos sexuais por pedófilos. E não temos a difusão vermelha, a primeira a ser votada, instrumento que dá o direito de prendermos essas pessoas.

Depois tipificamos a conduta, alterando a redação dos arts. 240 e 241 do ECA, que deveriam ter sido votados, ontem, na Câmara, mas não se chegou a



consenso. Ademais, com o passamento do Deputado Mussa Demes, ficou para a próxima semana.

Para coroar, será realizado um congresso no Rio de Janeiro sobre enfrentamento e abuso sexual. Há 30 dias, estive em Genebra para participar de um evento e tive oportunidade de me manifestar no plenário da ONU. No ensejo, todos queriam saber como o Brasil conseguiu a proeza de quebrar o sigilo dos pedófilos. Quando mostrei a lista dos pedófilos de todos os países, houve uma euforia geral, parecia que estavam dando tiros para cima ao alcançar uma vitória.

A promulgação dessa lei, votada na Câmara, pelo Presidente Lula será um presente para o Brasil e a demonstração para o mundo do nosso objetivo de combater o abuso sexual de crianças.

Também tive oportunidade de apresentar à embaixada americana uma idéia — e eu achava que era coisa da minha cabeça —, e o Itamaraty a recebeu com alegria. Ademais, os Estados Unidos se manifestaram dizendo que nunca havia atentado para isso e agora farão uma lei. Segundo eles, a lei americana sairá primeiro do que a brasileira, o que é verdade, porque lá existe celeridade.

A minha idéia é a de que todas as embaixadas no Brasil, ao receberem um pedido de visto, levantem a ficha criminal do indivíduo. Têm de observar também se o indivíduo já respondeu ou está respondendo processo, se já pagou pena de abuso de criança. Caso afirmativo, ele não poderá entrar no País.

Enfrentaremos o turismo sexual com clareza, e esses predadores não entrarão no Brasil. O mundo inteiro vai fazer o mesmo.

No dia das eleições nos Estados Unidos, lá estava, tive o prazer de participar da votação simbólica — votei no Obama — e tive conhecimento de que eles tomarão as mesmas medidas.

Estamos trabalhando. A CPI tem prazo até março. É possível renovarmos o prazo, porque assumimos um compromisso conosco e com a sociedade brasileira de que não a encerraremos sem as leis terem sido sancionadas.

Hoje pedirei às Comissões um pacote — que abrange 5 leis da CPI da Exploração Sexual, presidida pela Senadora Patrícia Saboya, sendo Relatora a nobre Deputada Maria do Rosário — que está emperrado. Vou trazê-lo para a CPI, porque é terminativo no plenário no Senado, a fim de que seja votado e promulgado



com muita rapidez o que foi feito. Quem sabe consigamos instalar a cultura de que CPI não deve ser encerrada com relatório, sem nada ter sido aprovado, sem nada ter sido entregue à sociedade, do ponto de vista de instrumento.

Essa é a nossa luta, é o nosso trabalho.

A cartilha produzida pela CPI — não dispunha de exemplares suficientes para todos, mas disponho ainda de alguns — foi elaborada de maneira fácil, para que a pessoa mais indouta possa aprender o mínimo, instruir e advertir a criança da mais tenra idade para que fique ávida e possa se defender. O nosso objetivo é preparar a criança para se defender. Infelizmente, precisamos chegar a esse ponto. A cartilha também foi formulada para que um professor universitário possa utilizá-la da mesma forma. São 17 páginas com perguntas e respostas muito simples que ajudarão o País.

Essa foi a minha cota para o Senado, mas aquela Casa fará a sua cartilha para distribuir para todo o Brasil.

Houve uma deliberação, estão abertos os arquivos para quem quiser acessá-los, seja ONG, seja iniciativa privada, seja quem for. Enfim, todos podem consultar a cartilha, a fim de o Brasil tomar conhecimento e ajudar a sociedade.

Agradeço a esta Comissão a oportunidade e, desde já, coloco-me à disposição para responder quaisquer perguntas. Não sou doutor, aquilo que não souber, direi que não sei, e aquilo que puder ajudar, certamente assim o farei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Senador, ficaríamos o dia inteiro ouvindo V.Exa., mas, infelizmente, há outros expositores que também têm compromissos, além de estarmos com este painel atrasado.

Quero agradecer a V.Exa. a presença e, ao mesmo tempo, cumprimentá-lo pelo trabalho.

Fiquei muito impressionada quando disse que a criança desenvolve a libido e a sexualidade e começa a participar dessa monstruosidade.

Recentemente lancei um livro em que conto a minha vida. Resolvi escrever sobre pedofilia. Durante 2 anos fui abusada por um tio que morava em minha casa. E, na condição de mulher, posso afirmar que sei bem a diferença entre pedofilia e estupro. No estupro a mulher sofre só a violência física, no abuso sexual a mulher



carrega uma espécie de culpa para o resto da vida quando descobre o que faziam com ela.

Eu tive a coragem de relatar isso no meu livro para que as mulheres que sofreram o mesmo que eu possam ver que há como preservar nossa sexualidade, preservar a nossa mente. Lógico, eu tive o privilégio de fazer 20 anos de análise.

Este o testemunho que quero deixar para os senhores.

Agradeço-lhes em meu nome e no de todas as crianças abusadas.

Declaro encerrado este painel.

Convido o Deputado Antonio Carlos Biscaia para presidir o próximo painel.

Muito obrigada. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - Damos início, neste momento, ao segundo painel, cujo tema é *A política do Governo para minorar os casos de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes*.

Convido para compor a Mesa a Sra. Carmen Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Saúdo a Sra. Carmen Oliveira e o meu amigo Paulo Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos do Governo Lula.

Aqueles que desejarem se inscrever para os debates deverão entregar à Secretaria da Comissão a ficha de inscrição devidamente preenchida.

Concedo a palavra à Sra. Carmen de Oliveira para que faça a sua exposição. Não está estabelecido o tempo, mas 20 minutos são razoáveis, porque já estamos com algum atraso na nossa programação.

A SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Bom dia a todos.

Uma saudação especial ao Deputado Biscaia, aos que antecederam este painel pela sensibilidade dos depoimentos tanto do Senador Magno Malta quanto da Deputada.

Vou apresentar para as senhoras e os senhores A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Temos um conjunto de iniciativas. Pode-se afirmar, hoje, que essa política não se encontra localizada em algum órgão da Esplanada. Nós temos, como



Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a função de articular as políticas de promoção dos direitos da criança e adolescente.

Somos um Ministério pequeno, com um orçamento pequeno. Então, a nossa função principal é justamente integrar as iniciativas que existem em âmbito ministerial e também compondo parcerias com a sociedade civil, com o setor privado, como os senhores poderão observar na apresentação dessa política que vem sendo traçada na gestão do Presidente Lula.

Cabe ressaltar também, em primeiro lugar, que numa das primeiras reuniões ministeriais realizada no início da gestão do Presidente Lula, em 2003, ele determinou aos seus Ministros uma prioridade máxima ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Talvez justamente a experiência de infância e adolescência do Presidente em regiões pobres, em regiões turísticas, tenha feito ele ter a sensibilidade, como Chefe desta Nação, em estabelecer essa prioridade para o seu governo.

Desde então, vimos trabalhando em conseguir uma melhor otimização desses esforços em todos os órgãos que eu vou apresentar aos senhores.

Não sei se dá para os senhores fazerem a leitura. Então, eu vou lendo um pouco junto.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira iniciativa do Governo Federal nesta área tem esta data de 1997, que foi quando tivemos o primeiro número nacional gratuito para denúncias. Era uma iniciativa da sociedade civil, da ABRAPIA, que migrou para a estrutura do Governo Federal, com apoio do Ministério da Justiça e da EMBRATUR.

No ano seguinte, foi lançado o primeiro programa de atendimento a crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, por meio do Programa Brasil Cidadão, do Projeto Criança Cidadã; no Amazonas, o projeto denominado Cunhantã & Curumim.

Em 2000, tivemos o primeiro programa específico no PPA daquele período, ou seja, até o ano de 2003, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e que foi rebatido, reeditado no PPA de 2004/2007.



Em 2002, a Secretaria Nacional de Assistência Social lança o Programa Sentinela, que hoje está dentro da estrutura do CRAS e CREAS, ou seja, da rede de assistência social dentro do Sistema Único de Assistência Social.

Em 2002, também tivemos a primeira pesquisa. Uma pesquisa que teve o foco de tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, a chamada PESTRAF, que naquela época mapeou 241 rotas.

Em 2003, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos assume a coordenação e execução do Disque, em parceria com o Ministério da Saúde, financiado pela PETROBRAS e executado pela CECRIA, uma ONG do Distrito Federal, como é do conhecimento da maior parte dos senhores.

Também, em 2003, foi criada a Comissão Intersetorial, que hoje integra 10 órgãos do Governo Federal, CONANDA, sociedade civil organizada e organismos internacionais. Também foi desenvolvida a chamada Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, que tentou compatibilizar pesquisas. Partindo da PESTRAF, de uma pesquisa realizada pela UnB e de mapeamento da Polícia Rodoviária Federal, foram cruzados esses dados, e os municípios que mais apareceram nessas 3 pesquisas constituíram a Matriz Intersetorial, composta de mais de 900 municípios considerados de alta vulnerabilidade em todo o território nacional.

Quais as diretrizes da política do Governo nessa área? Em primeiro lugar, nós trabalhamos no marco de direitos sexuais e reprodutivos. Ou seja, não estamos negando a sexualidade de crianças e adolescentes. Há um direito à sexualidade, que é um componente do desenvolvimento normal de crianças e adolescentes. Preconizamos, portanto, uma sexualidade que possa ser exercida de forma saudável. Então, trabalhamos muito mais dirigidos à proteção das crianças e à responsabilização dos seus agressores.

A intersectorialidade é o grande componente, a grande novidade que a política nacional trouxe, motivo pelo qual, inclusive, o Brasil hoje é uma referência internacional por trazer políticas integradas.

A nossa preocupação primeira é proteger a criança. Então, por exemplo, no Disque Denúncia, a primeira preocupação é cuidar que essa criança tenha o seu circuito de violência interrompido e possa ser atendida tanto na rede de saúde como



na de assistência social; e preocupação com a responsabilização, como veremos a seguir, não apenas no encaminhamento da rede de Conselhos Tutelares, por exemplo, como também na Polícia e no Ministério Público.

A responsabilidade social é um componente importante. A PETROBRAS, por exemplo, é um dos principais parceiros e também um conjunto de empresas que temos hoje alinhadas, como na área de transportes, de turismo, entre outras.

Por último, mais recente, a cooperação internacional, como vou apresentar para os senhores.

Aqui nós temos, por Ministério, as ações desenvolvidas pelo Governo Federal.

A Secretaria, como havia falado, coordena a Comissão Intersetorial, coordena essa política e a chamada Agenda Social — Criança e Adolescente, lançada no ano passado e que tem um projeto específico para atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência, que eu apresento a seguir.

Nós temos o Programa de Ações Integradas e Referenciais, o chamado PAIR, que, quando chega ao município, realiza um diagnóstico da situação, um diagnóstico da rede de atendimento, com a participação de todos os principais atores. A partir daí, mobiliza essa rede para uma ação mais integrada. Isso fez um efeito muito grande, porque tínhamos Conselho Tutelar, uma rede de saúde, uma rede de assistência social que muitas vezes não tinha a devida integração. Então, o PAIR possibilita a mobilização dessa rede.

Temos o Disque 100, que, a partir do ano passado, está dentro da estrutura física da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ampliaremos, ainda neste mês de novembro, o parque de atendimento, inaugurando um novo *call center*, muito melhor equipado, dentro de todos os padrões necessários e exigidos para esse tipo. Desde o ano passado, incluímos uma escuta especializada. Ou seja, temos teleatendentes para escuta de crianças vítimas de violência, bem como uma escuta especializada para o próprio agressor. No caso, por exemplo, de o pedófilo buscar esse atendimento.

Lançaremos também, ainda neste mês de novembro, uma parceria desenvolvida com a Safernet — o Tiago está ali —, que já vinha operando como uma ONG especializada, como um canal de denúncias na Internet e agora passa a



ser parceira do Governo Federal: Secretaria de Direitos Humanos, Ministério da Justiça, a Polícia Federal, com o patrocínio da PETROBRAS.

No *site* da Safernet, teremos não apenas um canal de denúncia, mas um canal educativo para crianças e adolescentes e família.

Ainda neste mês, a Safernet desenvolveu uma cartilha que será publicada pelo MEC e trabalhada nas escolas. Ou seja, dará esclarecimentos, a exemplo da cartilha apresentada pelo Senador Magno Malta.

Temos feito campanhas sistemáticas no carnaval, no 18 de Maio e apoiado determinadas campanhas por segmentos, como, por exemplo, com as redes de aquaviários e caminhoneiros e o Programa Siga Bem Caminhoneiro, da PETROBRAS.

Temos desenvolvido, desde o ano passado, uma linha de financiamento e de apoio a comitês para enfrentamento da violência sexual no Brasil. Temos também uma linha de financiamento a projetos inovadores. Ou seja, identificando metodologias inovadoras que possam ser sistematizadas. A partir dessa sistematização, disseminadas para outros lugares do Brasil, como, por exemplo, na linha de atendimento a agressores — como apoiamos agora, em Goiânia — ou na linha de cooperativas solidárias, no caso de adolescentes exploradas sexualmente, possibilitando a elas outras fontes de renda. É o caso do Projeto Lua Nova, em São Paulo.

Temos apoiado também a defesa jurídica. Firmamos um convênio com a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente — ANCED, para, em cada Estado, ter um centro de defesa que sirva de retaguarda na defesa técnica das vítimas da violência sexual. Temos dado nosso apoio também à melhor infra-estrutura das defensorias públicas nos Estados.

Temos o Projeto BR-163, projeto pioneiro, por conta de uma hipótese relacionada com o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico, a de que, com o aumento de canteiros de obras no País, pudéssemos também constituir zonas de alta vulnerabilidade, como na BR-163. Portanto, lançamos um projeto preventivo para que cidades, onde o traçado e a construção dessa rodovia estejam estabelecidos, possam mobilizar suas redes, preparando as comunidades para essa “invasão” — entre aspas — de não habitantes desses municípios.



Temos ainda uma sensibilização feita com a Rede de Conselhos Tutelares, preparando-os para essa temática específica.

Temos o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, especialmente implantado em algumas regiões onde a ameaça de morte vem pelo fato de que esse adolescente quer sair do circuito da exploração sexual, a exemplo do Estado do Pará, onde a maior ameaça de morte existente está relacionada a esse tema. Hoje, o Pará é um projeto-piloto no desenvolvimento de metodologias específicas de proteção aos ameaçados de morte.

Temos hoje um projeto, um plano de ação conjunta no MERCOSUL, envolvendo 10 países, para trabalhar as cidades gêmeas. No caso, são 14 cidades gêmeas, que fazem fronteira com o Brasil. Assim, assinaremos, no início da semana que vem, um projeto com o Uruguai, o Paraguai e a Argentina. Esse projeto, que conta com financiamento do BID, deverá desenvolver ações específicas nas cidades gêmeas, capacitando de forma integrada as polícias, os operadores do sistema de Justiça e a rede de atendimento.

Esse tema da cooperação internacional em relação à violência sexual também é um dos 3 focos principais da cooperação existente na América Latina, no Caribe, na América Central e na América do Norte para o próximo biênio.

No MDS, o grande carro-chefe é o estabelecimento de melhores condições socioeconômicas para essas famílias, utilizando o Bolsa-Família, o PAIF e o PET, aprimorando a rede de atendimento do CRAS e CREAS. Hoje todos os municípios considerados de alta vulnerabilidade têm uma estrutura de CRAS e CREAS. Eles, inclusive, foram considerados prioritários no Ministério.

Também, recentemente, foi lançado o Programa Pró-Adolescente, com metas específicas a serem atingidas por meio da concessão de bolsas a esse conjunto de adolescentes, vítimas da violência sexual, privilegiados com esse atendimento e essa bolsa.

Firmamos ainda a Cooperação Internacional Sul/Sul, pelo MDS, com países africanos no caso para transferência dessas tecnologias.

O Ministério da Justiça vem trabalhando uma matriz curricular específica com essa temática para a polícia e guarda municipal, bem como ações específicas no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Já foi firmado um acordo



entre as polícias, através da INTERPOL. Esperamos que isso avance com a nova legislação da difusão vermelha.

O combate a crimes na Internet vem sendo feito pela Polícia Federal há algum tempo. Ganha agora um impulso com o apoio da Safernet.

Mais recentemente, o Governo brasileiro assinou um acordo com a polícia canadense para uso de um *software* desenvolvido pela Microsoft para rastreamento de casos na Internet.

Temos um trabalho efetivo da Polícia Rodoviária Federal nas nossas rodovias. Eles também fazem um mapeamento anual. Hoje, infelizmente, são cerca de 1.200 pontos vulneráveis mapeados, apenas nas rodovias federais.

O Ministério da Saúde trabalha esse tema nos Programas Saúde da Família, Saúde da Mulher e Saúde do Adolescente e do Jovem. Faz a retaguarda de atendimento por Centros de Atenção Psicossocial, bem como a retaguarda hospitalar, em que, muitas vezes, a criança sofre lesões físicas importantes ou até mesmo em casos de aborto.

Há o Programa de Redução de Danos que trabalha essa temática. Como foi abordado, muitas vezes a drogadição é uma porta de entrada para a exploração sexual. Além disso, a preocupação com as doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, e um trabalho integrado de notificação, que vem sendo realizado. A idéia é que essa notificação, por intermédio dos núcleos de violência e promoção da saúde, integre-se à rede de CRAS e CREAS, assim como às escolas. Estamos trabalhando em uma notificação única, o que irá facilitar o sistema de informação no Brasil.

Hoje, se nos for perguntado, não saberemos responder qual o número de casos no País, porque um tanto chega pela Polícia, um tanto pelos Conselhos Tutelares, um tanto pela saúde e assistência social e um tanto pelas escolas.

O MEC vem trabalhando por meio dos Programas Escola Aberta e Escola que Protege, programa muito interessante que capacita professores para identificação precoce de casos de seus alunos, facilitando com isso a interrupção do ciclo de violência. O Projeto Mais Educação integra ações da assistência social e da saúde.

O Ministério do Turismo utiliza um programa antigo, de alguns anos, o Turismo Sustentável & Infância, que trabalha com toda a rede hoteleira e com a rede



de receptivos, também uma experiência pioneira no cenário internacional, que vem sendo apresentada em vários fóruns e copiada por diversos países, desenvolve campanhas específicas, capacita esta rede e trabalha no sentido de assinatura de códigos de conduta.

Isso também vem sendo feito por meio de parceria internacional com o DECODE, do qual o Governo brasileiro faz parte, que é um grande espaço de formalização de acordos de códigos de conduta.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres trabalha na capacitação das equipes e na criação de abrigos especializados. Temos hoje, na cidade de Fortaleza, o primeiro abrigo especializado de adolescentes violentadas sexualmente.

Temos uma central de atendimento específica para a mulher e a mulher jovem, que é o Disque 180.

O Ministério do Esporte trabalha de forma preventiva, por intermédio do Programa Segundo Tempo, bem como o Ministério da Cultura, por meio do grande programa chamado Cultura Viva e dos Programas Ponto de Cultura e Cultura Digital, entre outros. O Ministério das Relações Exteriores trabalha na pactuação e na formalização de documentos internacionais, como os que foram referidos aí, e também os tratados de cooperação internacional, como o que estamos desenvolvendo com o MERCOSUL.

Destaco aqui a Agenda Criança e Adolescente. Desse conjunto de ações a que me referi, essa agenda destaca algumas ações para que ganhemos muito maior sinergia como plano de trabalho integrado.

Eu diria que o nosso grande desafio — que apresentarei a seguir — é justamente não mais termos ações, mas que essas ações possam chegar juntas em determinados territórios.

Selecionamos algumas dessas ações, que antes eu enumerava para os senhores, para que no mínimo esse *kit* básico nós tenhamos em cada município considerado de alta vulnerabilidade, entre as 11 regiões estabelecidas como estratégicas no PRONASCI. Esse projeto envolve para este PPA cerca de 2 bilhões e 200 milhões de reais.

Por último, a ação. Temos hoje toda uma movimentação do Governo Federal e também da sociedade brasileira para a realização do 3º Congresso Mundial de



Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A Suécia foi quem teve a iniciativa e fez a primeira edição desse Congresso, em 1996. A segunda edição foi no Japão, em 2001. E o Brasil aceitou sediar a terceira edição, este ano.

É um desafio que o Presidente Lula aceitou prontamente, sabendo de todos os estigmas que o Brasil poderia ter, uma vez que nem Suécia nem Japão são considerados cenários de violação desses tipos de direitos. No entanto, o Presidente Lula não titubeou um segundo quando lhe foi apresentada a idéia de o Brasil sediar, dizendo que é preciso, sim, que o País mostre ao mundo os seus problemas e mobilize a sociedade brasileira. Entendemos a realização desse Congresso neste momento justamente como uma nova pactuação social do Brasil para novos compromissos e novos desafios.

Será de 25 a 28 de novembro, no Riocentro. A Primeira-Dama brasileira, D. Marisa Letícia, será a presidenta de honra desse Congresso. A madrinha desse evento é a Rainha Silvia, que foi quem sediou, na Suécia, a primeira edição. A estimativa é de que tenhamos 130 países participando, mais de 3 mil participantes, delegados, sendo 300 adolescentes — é uma novidade que o Brasil está apresentando nessa edição. Teremos 150 adolescentes estrangeiros e 150 brasileiros, que vão participar *pari passu* de todo o Congresso, inclusive como painelistas, como apresentadores de experiências. Então, vai ser um momento muito importante, de trazer o adolescente não apenas como vítima dessa exploração sexual, mas também como principal protagonista das políticas de atendimento.

Estamos trabalhando com 5 eixos principais de discussão, em 5 grandes painéis. O Marco Legal e a Responsabilização é um deles, motivo pelo qual estamos aqui também sensibilizando os Parlamentares. Temos um formato inovador, que é diálogos por segmentos. Então, além do clássico diálogo de Governo, que já existia nas edições anteriores, teremos também agora um diálogo de Parlamentares, um diálogo de empresários, um diálogo de profissionais da mídia, de pesquisadores e outros.

Nesse sentido, estamos trabalhando com a Frente Parlamentar para esta mobilização de diálogos parlamentares, chamando Parlamentares de outros países. Um papel muito importante que estamos desempenhando também na preparação



desse Congresso é junto aos empresários. Já foi feita uma reunião de D. Marisa, com os nossos Ministros das áreas de desenvolvimento social e direitos humanos, Patrus Ananias e Paulo Vannuchi, e mais 40 grandes empresários brasileiros, que colocaram à disposição todo o apoio logístico — menos financeiro, porque não foi esse o propósito —, no sentido de mobilização de campanhas específicas e de mobilização da sua cadeia produtiva. Veiculará, decorrente disso, nos próximos dias ou semanas, uma grande campanha desencadeada pela *Rede Globo*, totalmente gratuita, com essa temática, e também nas redes públicas.

Quais são os desafios que se apresentam para o Governo Federal e para o qual esperamos a sensibilidade de todos para este momento?

Sistemas integrados de informação. Estaremos lançando um observatório, que é um portal dos direitos da criança e do adolescente, com indicadores municipais, para que cada município possa fazer o acompanhamento. Ou seja, ele é também uma ferramenta de controle social, mas também uma ferramenta de gestão para quem está lá na ponta.

Ganhar maior escala, maior sinergia nesse conjunto de ações que já temos; ter um foco maior nas diversidades, contemplando as diferenças regionais, as diferenças raciais e de gêneros, entre outras; buscar maior institucionalidade dos processos — por isso, então, apoiar a rede de conselhos, apoiar as defensorias; ampliar as parcerias com outros setores; buscar procedimentos judiciais amigáveis, como depoimentos para redução de danos, porque sabemos que às vezes concorre para uma revitimização o próprio procedimento judicial; ter alternativas à maior criminalização — não somos contrários à responsabilização, pelo contrário, mas entendemos que o agressor sexual, especialmente de crianças e adolescentes, precisa ter o devido atendimento, porque apenas a cadeia não vai tirá-lo desse circuito de violência. E trabalhar também com maior participação de crianças e adolescentes.

Por último, encerrando, eu queria fazer um apelo ao Congresso, especialmente aos Srs. Deputados. Pela primeira vez, e espero que isso seja revertido nos próximos dias, nós não tivemos nenhuma emenda orçamentária para política de direitos de crianças e adolescentes aprovada nesta Casa. Isso é inédito. E para nós isso causa muita surpresa e muita preocupação, em especial porque



neste ano festejamos os 18 anos do ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi feito nesta Casa.

Nós tivemos 3 emendas parlamentares negadas. Uma na Comissão de Direitos Humanos, com a temática da violência sexual; uma outra, com o depoimento sem dano, também importante para a temática da violência sexual; e por último a emenda do sistema socioeducativo, na Comissão de Segurança Pública — da qual o Deputado Biscaia faz parte —, e por uma questão para nós surpreendente também. Nós temos uma subcomissão que analisa medidas socioeducativas, que inclusive está analisando o PL sobre execução de medidas socioeducativas, e no entanto o entendimento da secretaria da Comissão é de que o SINASE, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, não poderia ter apresentado uma emenda parlamentar, porque ela não vinha do Ministério da Justiça. Hoje, o Sistema Socioeducativo tem sua política nacional coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos.

Então, para nós foi surpreendente a discussão de que o Sistema Socioeducativo pode ser feita na Comissão de Segurança Pública, tanto que existe uma subcomissão especial, mas não pode haver sequer a apreciação de uma emenda parlamentar pelo fato de não ser considerada pertinente a discussão.

Aqui fica então, em nome — imagino — de todos os defensores de direitos de crianças e adolescentes, um apelo para que, nos próximos dias, esta Casa reveja a sua opinião e não tenhamos esse sério prejuízo à política, em especial à criança e ao adolescente que estão nessa ponta. Que pudéssemos aprovar, no mínimo, uma emenda fundamental, que tramita na Comissão de Direitos Humanos, e que trata de apoiar as redes de mobilização ao enfrentamento da violência sexual.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - Quero agradecer à Carmen Oliveira pela sua exposição que revela as diversas iniciativas governamentais para enfrentamento dessa grave questão relacionada com as crianças e adolescentes.

O próximo expositor, o Procurador da República, Dr. Guilherme Schelb, também tem problema de horário. Por isso, teremos de acelerar um pouco o andamento dos trabalhos.



Tenho em mãos 3 intervenções, compostas de perguntas, que vou lhe dirigir, pedindo que as respostas sejam sucintas e breves.

Quero, antes disso, prestar um esclarecimento sobre esse apelo em relação às emendas parlamentares. É preciso esclarecer, em primeiro lugar, que existem emendas parlamentares das bancadas. Cada uma das bancadas estaduais se reúne e apresenta suas propostas. São as emendas de valores mais elevados. O Estado do Rio de Janeiro se reúne e elege 5 emendas, com valores de 50 milhões de reais, de 80 milhões de reais; Pernambuco, Rio Grande de Sul e outros fazem o mesmo. Estas dependem dos Parlamentares porque elas podem ser direcionadas a qualquer setor, a qualquer área de atividade pública, ou até a órgãos governamentais para organizações não-governamentais.

Existem outras emendas da responsabilidade das Comissões. Integro 2 Comissões. Sou titular da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Segurança Pública. Na Comissão de Constituição e Justiça o próprio Regimento estabelece temas. Nós não poderíamos lá direcionar uma emenda para essa questão. São emendas para a Procuradoria da República, para o Supremo Tribunal Federal, Defensoria Pública e assim por diante.

Em relação à Segurança Pública, a nossa Secretária Kátia me informa que ainda não foi votada; será na próxima semana. Mas há uma impossibilidade regimental: a Comissão de Segurança Pública só pode direcionar emendas na área do Ministério da Justiça. Acho que só seria possível se fosse para a questão do enfrentamento, digamos, policial, da Polícia Rodoviária, mas não para outros programas que fosse do campo da prevenção.

Então, o que resta? Resta a Comissão de Direitos Humanos. Temos que dirigir um apelo para que ela se sensibilize com a sua intervenção, e, da mesma maneira, os Parlamentares individualmente. Eu até já me comprometo. É lógico que os Parlamentares não têm emendas com esses valores para programas de maior envergadura.

Ontem, ficou decidido que cada Parlamentar terá direito a indicar emendas até o montante de 10 milhões de reais. Sou muito cauteloso em relação a isso. Há alguns anos, eu deixei de apresentar emendas preocupado com a sua destinação, mas apresentarei algumas este ano. Eu mesmo ontem autorizei uma. Podem até



dizer que foi em causa própria. Foi encaminhada pela Secretaria de Direitos Humanos, sobre um programa no valor de 100 mil reais sobre a divulgação de direitos dos idosos, e até em causa própria também, repito.

Se tiver outra específica para esse tema, eu já publicamente me comprometo a apresentá-la. Acho que esse apelo deve ser direcionado a todos os Parlamentares, porque o prazo se iniciará amanhã estendendo-se até a próxima sexta-feira.

Vamos fazer agora as indagações, solicitando brevidade nas respostas.

A primeira é do Sr. André Couto, assessor parlamentar do Deputado Zequinha: *“Do momento em que é feita a denúncia através do Disque 110, a apuração dos fatos ou até mesmo a prisão do pedófilo, se delonga por quanto tempo?”*

A SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Nós temos hoje uma convicção: toda denúncia que chega ao Disque é encaminhada em menos de 24 horas. Predominantemente, envolvemos os conselhos tutelares, as autoridades policiais e o Ministério Público.

Nós não temos ainda, mas estamos desenvolvendo, um *software* para o monitoramento da denúncia encaminhada, ou seja, para acompanhar a efetividade dessa denúncia ou não. Esse *software* vem sendo desenvolvido, mas todos os outros que foram desenvolvidos por nós relativos a fluxos de denúncias, da identificação da rede de atendimento, estão sendo disponibilizados para os Disques locais, nos Municípios e nos Estados, para os ONGs, a fim de que essa metodologia também possa ser apropriada pelos demais parceiros dessa rede. Nós não queremos nos tornar um único Disque, ao contrário, mas disseminar essa experiência, porque os Disques locais estão muito mais próximos das redes de atendimento e de responsabilização e, portanto, muito mais efetivos para fazer o acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - Pois não. A outra pergunta é de Rosarinha Bastos, da OAB de Mato Grosso — Presidente da Comissão de Infância e Juventude.

Ela indaga: *“A Secretaria tem conhecimento do pleno funcionamento dos CTs — Conselhos Tutelares — e do entrosamento entre estes e os CREAS e os CRAS?”*



A SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Nós temos um diagnóstico muito preocupante do funcionamento dos Conselhos Tutelares, como ficou demonstrado na pesquisa que mandamos realizar em 2006. Foi de tirar o sono de cada um de nós e de todos que formularam a existência dos Conselhos Tutelares no Estatuto.

Defendemos uma idéia diferente, mas há quem defenda e admita que erramos, que essa estrutura não dá certo, que tem de se pensar no fechamento dos Conselhos Tutelares. Nós defendemos o contrário. Temos de transformar o patinho feio num cisne.

O CONANDA vem estudando uma nova resolução para regular o funcionamento dos Conselhos Tutelares. O seu processo eleitoral está muito equivocado e distorcido. Temos investido seriamente na capacitação dos conselhos. Criamos escolas de conselhos, que funcionam em 10 Estados irradiando uma experiência originária do Mato Grosso do Sul. Lançaremos daqui a 2 semanas um portal de ensino a distância em parceria com a FIOCRUZ, que já havia feito isso com agentes comunitários da saúde, no Saúde da Família.

Aproveitamos essa metodologia para chegar ao nosso agente comunitário, no caso o Conselho Tutelar.

Além disso, o CONANDA vem estudando um PL para que possamos ter muito mais força com uma lei federal para regularizar as condições de trabalho dos Conselhos Tutelares, que, diga-se de passagem, é responsabilidade muito mal assumida dos Municípios hoje.

Então, a melhor qualidade do trabalho dos Conselhos Tutelares irá refletir-se, sem sombra de dúvida, na sua integração à rede de atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - Agora, 2 perguntas daquele que se intitula Pastor da Igreja Batista, Marivaldo Silvério.

Eu vou me recusar a apresentá-las, porque são ofensas de baixo nível ao Governo Federal. Eu não concordo, embora eu tenha uma postura de vida democrática...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - Por favor! Eu tenho uma postura de vida democrática. A minha vida foi construída na democracia. Sou



membro do Ministério Público, lutei no Ministério Público, estou na Câmara dos Deputados já no terceiro mandato, mantendo a linha de conduta pela defesa dos princípios e valores éticos, tendo como prioridade sempre a criança e o adolescente.

Agora, essa pergunta que atribui ao Governo o patrocínio de todos esses males, eu não a apresentarei.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - Pois é. Eu não aceito esse tipo de intervenção e não vou entrar em debate sobre essas questões. O Governo do Presidente Lula é um governo que tem preocupação com a dignidade do ser humano em todos os seus níveis.

Existem aqui 2 indagações outras, do Sr. Cláudio Rufino. Como são longas e extemporâneas, vou lhe passar para que depois transmita a ele diretamente as respostas.

Concedo a palavra a V.Sa., para suas observações finais, antes de convocar para a Mesa o Procurador Guilherme Schelb.

A SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Eu não tenho idéia de por onde caminha o argumento de que o Governo esteja patrocinando a violência sexual contra crianças e adolescentes. Estou à disposição para conhecer esse argumento. É importante que isso possa ser conhecido.

Eu não sou filiada ao partido, muito embora tenha lutado durante toda a minha vida para sua consolidação. Sou uma professora universitária, uma especialista na temática da promoção dos direitos da criança e do adolescente. Então, coloco-me com certa isenção.

Como técnica, como especialista, como militante que sou e como representante do Governo brasileiro em várias reuniões internacionais, eu posso dizer, com a isenta convicção, de que sim, nunca antes neste País nós tivemos um Presidente que colocasse esse tema como prioridade e estabelecesse recursos e condições para que os órgãos pudessem fazer o devido enfrentamento.

Acho que foi em decorrência dessa trajetória que o Brasil se apresentou como candidato a sediar o 3º Congresso Mundial. Eu espero que seja um momento muito importante para todos nós, como eu disse, de uma nova repactuação social. Este problema não será enfrentado apenas pelo Governo Federal. Como pacto



federativo, ele precisa dos Estados, ele precisa dos municípios, ele precisa das famílias, dos professores, dos legisladores, dos empresários e das crianças e dos adolescentes também. Ou seja, é um novo pacto social.

A pedofilia não nasce no Brasil. A globalização dá um caráter impulsionador para isso. Portanto, há novos cenários que precisam ser enfrentados, nós temos muita convicção disso, e há inclusive desafios que nós não podemos enfrentar sozinhos, como por exemplo o combate à pedofilia na Internet, à pornografia na Internet. Trata-se de um crime transnacional. Da mesma forma a exploração sexual no turismo é um crime transnacional.

Então, precisamos, sim, da cooperação internacional. Acima de tudo, acho que temos de fazer uma profunda reflexão sobre os valores humanos que queremos para o futuro da nossa Nação, para o futuro das novas gerações. Quer dizer, uma sociedade que privilegia predominantemente o consumismo, que exacerba a necessidade de ter roupa de marca, de ter o carro da moda, é uma sociedade que está condenando uma fração importante da sua adolescência à invisibilidade, que vai procurar como se tornar visível, como se tornar grandão, como eles dizem, através do delito, através da exploração sexual — um, predominante para os meninos; outro, predominante para as meninas.

Então, eu acho que toda essa política que vem sendo construída começa como uma profunda reflexão sobre uma mudança cultural importante. E eu espero que a crise financeira internacional coloque isso em questão. Porque, do contrário, não serão os bancos que vão falir, serão as famílias que vão falir, vai ser o próprio ser humano que vai estar falido, porque não adianta toda essa exorbitância que temos de recursos materiais, de tecnologias disponíveis, enquanto os seres humanos estiverem absolutamente fragilizados e pauperizados em seus valores.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - Quero agradecer, em nome do Presidente da Comissão, Deputado Raul Jungmann, a presença à Sra. Carmen Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e a sua valiosa contribuição a este painel.



Passo ao terceiro painel, convidando para compor a Mesa o Procurador da República Guilherme Schelb. O tema será *A Indústria Pornográfica e o Crime Organizado*.

Depois deste painel, haverá um intervalo para o almoço.

O prosseguimento, à tarde, será no Plenário 6.

Concedo a palavra ao Procurador da República Guilherme Schelb, para sua explanação.

O prazo é de 20 minutos, com tolerância permitida. Não somos responsáveis por esse grande atraso. Sei dos seus compromissos institucionais à tarde, também tenho os meus daqui a pouco.

A palavra está com V.Sa.

O SR. GUILHERME SCHELB - Obrigado, Deputado.

Bom dia a todos. É uma honra estar aqui na Câmara. Eu fui funcionário do Senado durante alguns anos e aprendi a reconhecer o valor do corpo técnico, dos funcionários, dos servidores, como fui. Eles são a base, como o Senador disse, do trabalho, do estudo, da pesquisa.

Eu fiz muita pesquisa para vir para cá, mas vou-lhes privar disso, pelo tempo. Eu fiz uma série de pesquisas sobre a questão da pornografia. Lamentavelmente, não há pesquisas no Brasil. Então, eu tive que recorrer a pesquisas feitas na Europa e nos Estados Unidos.

Confesso que sempre fico tocado quando vejo explanações muito formais. É claro que o Executivo, o Judiciário e o Legislativo têm deveres funcionais. Temos de prestar contas, temos de estabelecer formalmente o nosso trabalho. Mas eu sempre digo, até para juízes — falamos em Tribunais de Justiça no Brasil todo, Ministério Público —, que esse não é o mal do Executivo, não; é o mal que carrega a burocracia.

Eu imagino que a maioria de vocês aqui já fez pelo menos uma vez uma reforma em casa. Pelos que estão sorrindo, creio que a maioria já fez alguma reforma: ou num banheiro que precisava mudar, ou até construiu a Casa. Eu queria perguntar a vocês o seguinte. Se o pedreiro que vai fazer essa reforma disser que vai cobrar 20 reais a martelada para construir um quarto novo na sua casa, você o contrata? Vocês contratariam esse pedreiro, por 20 reais a martelada? O senhor



contrataria esse pedreiro? Eu imagino que ninguém aqui, não é verdade? Mas é engraçado que o Executivo — e aqui vou me incluir —, o Ministério Público, a Justiça e o Legislativo cobram da população pela martelada. E vemos um monte de marteladas aqui. Haja martelada! É engraçado porque na nossa vida pessoal nós jamais contrataríamos alguém pela ação dele; nós iríamos contratar pelo resultado da ação.

Eu não vou falar só do Executivo, não. Os juízes, promotores e delegados, que sei que estão aqui, são avaliados, e avaliamos o nosso serviço assim: "*Instaurei tantos inquéritos*". "*Proferi tantas sentenças*". "*Instaurei tantas ações civis públicas*".

O legislador, por outro lado, diz: "*Elaborei tantas leis, tantos atos normativos*". Essas marteladas geraram efeito prático na vida das pessoas? Essa é a pergunta, não é verdade? Essa é a pergunta. Qual é o resultado das suas marteladas, Executivo, Legislativo e Judiciário? (*Risos.*)

Tenho 18 anos no Ministério Público Federal. Sou franco ao dizer para vocês que a gente ainda não está abrindo a cabeça para ver o resultado dessas marteladas. Eu creio que o legislador também não.

Deputado, digo isso com a maior humildade. Não é para nenhum Deputado, não é isso. Eu já faço duas propostas. Uma delas já faço na minha vida pessoal. O que tenho dito em palestras? Faço, inclusive, em um *site*. Depois, para quem quiser, posso dar o nome do *site*.

O que acontece com a nossa lei? A nossa lei é fantástica.

Vou abrir um parênteses. Estive na Alemanha agora. Falo bem o idioma, mas na área jurídica. É interessante. Os alemães não falam comigo, porque eles não entendem a lei deles. Vejam que interessante.

Eu chego para um professor de alemão, mostro um texto de Direito Constitucional e ele não entende. Isso não é privilégio dos alemães. Se você pegar um texto de lei e levar para uma pessoa comum, um engenheiro, por exemplo, ele não vai entender a lei, Deputado. Não entende a lei.

Posso dar o exemplo do crime de maus-tratos . Se vocês analisarem o art. 136 do Código Penal verão que é impossível entender aquele tipo penal.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Este, sim. Agora vem uma lei vocacionada para professor, assistente social. Quem entende o art. 245? Ninguém.



O que temos de fazer com as pessoas? Temos de dizer para elas: “Se você tiver uma suspeita de abuso, denuncia”.

Mas o artigo dispõe que o médico ou professor, diante de um caso suspeito, de uma forte suspeita ou da confirmação de uma situação de maus-tratos... Maus-tratos? O que é isso?

Então, a lei, por motivos naturais — o Deputado sabe melhor do que eu —, tem uma evolução histórica. A lei precisa ser específica e ter um vocabulário próprio. Não estou questionando a lei. Creio que o legislador poderia fazer um índice pragmático e prático para o povo. Há 10 anos eu entregava o Estatuto da Criança e do Adolescente para um professor. Hoje não entrego mais. Eu entrego o que lhe interessa do Estatuto. Entrego uma página, dizendo para ele de forma prática: isso, isso e isso, faça! Isso nunca faça. E cito o artigo. Se ele quiser, verifica na lei.

É preciso traduzir as leis para as pessoas do povo. As pessoas não entendem as leis. Não é à toa que o Estatuto da Criança e do Adolescente talvez seja a lei mais distribuída no Brasil. Do ponto de vista prático, foram distribuídos milhões de Estatutos. Mas do ponto de vista real, qual é o resultado disso? Zero. A eficácia de distribuir Estatuto da Criança e do Adolescente para um professor é zero. Estou sendo audacioso, Deputado. Digo isso para vocês porque é experiência própria. No Brasil inteiro, onde vocês imaginarem, eu já estive dando palestra. E fico 4 horas com um professor, com pessoal de creche, de abrigo, em favelas, com líderes comunitários. Eles não entendem. Um soldado não entende o art. 249, “*Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder*”.

Não é possível entender, Deputado. Não sei se vocês estão entendendo isso. É preciso que a gente facilite a vida para o povo. Eu queria fazer essa proposta. Estive falando com um ex-Ministro e eu lhe disse: “*Ministro, nós precisamos fazer isso*”. Ele respondeu: “*Schelb, ontem veio o pessoal de uma ONG da Inglaterra e eles estão fazendo exatamente isso*”.

Não sei se estimula saber que os ingleses estão fazendo isso. Talvez seja uma forma de dizer: “*Façam. Eles estão fazendo lá também*”. Eu não sabia, não é?

A lei precisa ser simples para as pessoas — e vamos entrar no tema da pedofilia. Eu gostaria de sugerir a pesquisa para a Comissão. Tenho textos dos anos 50 para cá, várias pesquisas relacionando a violência, a sexualidade, à exposição à



pornografia. Não vou citar esse tema. Precisamos tomar uma atitude prática em relação à pedofilia, que é reconhecer a nossa derrota. Há pessoas que estão absolutamente derrotadas. E vocês conhecem várias.

No comércio, vemos isso muito francamente. Já viram aquela pessoa que faliu 10 vezes, mas agora vai ficar milionária? Já viram isso? (*Risos.*) Tudo o que faz dá errado, fura. Tudo o que faz dá errado, fura. Mas amanhã vai estar milionária. É triste ver isso.

A nossa derrota começa, infelizmente, pelas nossas condições. Quando falo do legislador lembro que toda vez que a gente aponta o dedo, 3 vêm para nós. Eu falo da Justiça também, do desinteresse em várias esferas do Judiciário, do Ministério Público, das Polícias, que nos holofotes adotam uma postura e quando vem a realidade nua e crua, dizem: “*Volta para casa. Resolve isso lá*”. A mulher agredida, o jovem estimulado à sexualidade precoce.

Quero narrar um caso ocorrido em Londrina, cidade de Primeiro Mundo. Eu estava dando uma palestra lá a diretora de um hospital me interrompeu: “*Doutor, eu tenho um problema*”. Eu queria apresentar esse problema para vocês. Afinal, tem a ver com pedofilia, com prostituição e com um monte de coisas.

A diretora do hospital me perguntou: “*Doutro, o que devo fazer quando uma paciente de 8 anos — a menina tem 8 anos de idade —, acompanhada do namorado de 15 anos de idade, vem ao meu consultório e pede para eu prescrever um anticoncepcional para ela?*”

Alguém tem uma resposta boa para me dar? Pode levantar a mão e dizer. Oito anos de idade.

Respondi a ela: “*Em primeiro lugar — procurando me salvar diante daquele público de 350 pessoas —, solicite o acompanhamento do Serviço Social para o caso*”. Vejam a saída pela esquerda.

Ela me interrompeu: “*A mãe da menina é moradora de rua e alcoólatra. E a menina já é mulher do rapaz há muito tempo. Eles moram juntos*”.

Não sei a quanto tempo estavam juntos. Já eram marido e mulher. A menina com 8 anos, o menino com 15.

Quero saber o que vocês teriam a dizer sobre isso. Eu perguntei para ela: “*Doutora, quantos casos a senhora tem?*” “*Abaixo de 10 anos, eu tenho 3*”.



Agora vou dizer para vocês o que eu respondi para ela. Há 12 anos, nas minhas palestras, eu exortava — vejam o que eu falava há 12 anos: *“Vamos cuidar das meninas com menos de 14 anos de idade”*. Eu falava para os professores, para os policiais, para o assistente social, para os psicólogos: *“Vamos cuidar para que as meninas com menos de 14 idade não iniciem sua vida sexual precocemente. A gravidez na adolescência é um absurdo”*.

Hoje, se eu disser isso em uma palestra a maioria das pessoas não vai me levar a sério. Já se tornou aceitável uma menina de 13 ou 14 anos manter relação sexual ou até mesmo engravidar. Não nos surpreende mais. Estamos iguais àquele soldado que na primeira semana no *front* fica preocupado com o primeiro tiro que ele levou. Ele desviou, mas ficou o barulho no ouvido. No segundo dia, o tiro não assusta mais. No quarto dia, é o fenômeno das batalhas. Por isso o soldado tem de voltar do *front* e receber a carta da namorada e da família, para lembrar que ele tem alguma coisa em casa. Estamos iguais a um soldado que não volta mais do *front*, que não está nem aí para as balas que passam.

As meninas de 13 anos já estão grandinhas, já têm seio. *“Essa menina já sabe tudo”* — é o que eu ouço, Deputado. É triste falar isso depois de uma exposição. A gente vê a intenção do Governo. Creio que o Governo tem boa-fé, mas só está olhando aquela martelada a que me referi no início. *(Palmas.)*

E não estou aqui para atacar o Governo. Penso que qualquer Governo passa por isso. Se eu estivesse no Governo... Mas estou dizendo que a gente tem que ter um olhar crítico. Vejam que interessante, hoje eu mudei a minha súplica. Sabe como eu falo hoje com os professores, com os policiais? Digo: *“Vamos cuidar para que as meninas com menos de 12 anos não sejam iniciadas sexualmente. A gravidez na infância é um absurdo”*.

E vou ser franco com vocês: o meu compromisso é ser ouvido, não é falar. E esse é um compromisso que vem nessa proposta do legislador. Em vez de querer falar, ser ouvido. Isso não está acontecendo. Nós, da Justiça, não estamos sendo ouvidos. Pegue uma sentença de um juiz e dê para uma pessoa do povo ler. Ele não vai entender a sentença. Mas eu já estou me preparando para dizer: *“Gente, menos de 10 anos, não, por favor! Menos de 10 anos, não”*. E aí vem o caso que ficou



famoso porque é o epílogo. E nós só reagimos nas cinzas, não é nem no incêndio. Se o incêndio acontecer e a fumaça não vir para o nosso lado, deixa queimar.

A menina Eloá foi morta e aí se transformou num caso nacional. Agora, eu quero saber onde é que estavam os professores dela. Quero saber onde estava o pessoal da saúde quando ela esteve no hospital. Quando ela foi com o namorado, ela tinha 12 anos e o namorado, 19. Quero saber onde estavam esses profissionais.

Quero saber porque exatamente aí é que vem uma questão. O Lula, creio, não é perfeito, mas, se ele fosse perfeito, fosse o Presidente que todos nós gostaríamos... Há pontos bons e ruins em todos nós, mas imaginem que ele fosse um Presidente perfeito, mesmo assim ele não poderia substituir mãe e pai. É você, querido. Em relação a seu filho, você está acima do Presidente.

Estamos vendo pais e mães — e aí vem uma luta ideológica tremenda — que nos colocam como se as pretensões geopolíticas no Oriente Médio, a crise econômica... Então, nós colocamos nosso olhar lá longe. Falo em palestras nas favelas, e temos que ser práticos com as pessoas, e digo: *“Estiquem as mãos, vocês todos! Onde sua mão pode alcançar?”* Então, antes de olhar para o Presidente, para o Governador, antes de olhar para a autoridade, onde sua mão pode alcançar e praticar justiça? É o professor em sala de aula que reclama do salário, reclama das condições de vida, mas ele não encaminha o caso de abuso contra o aluno dele.

Estive agora em São Paulo e, olhem que coincidência... Nem vou poder falar do caso para vocês, infelizmente, por razões de segurança.

Mas uma pessoa conviveu com a vítima de um grave crime no Brasil e essa pessoa, que é professora, hoje não dorme, ela chora o tempo todo, tem desejo de morrer. Ela sabia do abuso praticado contra aquela criança, mas não encaminhou o caso a Justiça.

Então, nós criticamos a segurança pública, mas o médico, numa clara situação de suspeita de abuso, não faz o encaminhamento. Mas ele não faz, Deputado, e vou dizer por que ele não faz. Não é por culpa só dele, não. O pessoal do BOPE bate mesmo. Vou dar um exemplo prático: se formos, o Deputado e eu, ao Ministério Público, ou a qualquer batalhão do BOPE, vamos ver que vai ter um Estatuto da Criança e do Adolescente; nós vamos ver. Mas saímos e deixamos um assessor lá. *“Comandante, quero ver o verdadeiro ECA de vocês”*. *“Ah, o senhor*



quer ver? O Deputado e o Procurador já saíram?” “Já”. “Espere aí que vou trazer o ECA”. Um cassetete. É a realidade. É o cassetete. E eles falam isso brincando. Você pensa que eles são maus? A maioria, não. Bate mas não é mau. A gente tem que conhecer a cabeça desse pessoal do BOPE., da Polícia Militar. E eles não são assim porque são da Polícia Militar, mas porque queremos que eles sejam desse jeito. Agora, a gente não quer assumir isso. Se o nosso filho é revistado como são revistadas as pessoas num ônibus da periferia, a gente vira monstro. Mas quando passamos de carro e o ônibus está recebendo sacolejo dizemos: “Olha, lá, olha a Polícia”. Desde que não seja com a gente, está bem assim.

Eu quero dizer que esse pessoal não é mau, na verdade, eles estão reagindo por falta de informação.

Então, penso que se nossas leis conseguirem chegar a essas pessoas elas vão entender. E eu volto ao pai, à mãe, ao professor. Ninguém pode substituir você quando a sua mão está levantada para praticar justiça. Só que você não pratica. Você clama por justiça, pela ação do Judiciário, mas quando é para exercer, de forma justa, essa sua prerrogativa de professor ou de pai, você não faz aquilo que quer para si.

Eu confesso que não falei nada do que havia planejado — desculpem-me.

Eu estou atento ao tempo, e vocês devem estar cansados, mas gostaria de contar uma estória para vocês, porque nada melhor do que, ao final, ter algum tipo de estímulo.

Vocês querem um estímulo ou querem uma coisa mais realista? Podem escolher.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUILHERME SCHELB - Então vou falar sobre um abusador. Tem assistente social aqui? *(Pausa.)* Amém! Obrigado. Eu não sei se chamo vocês de loucas ou — uma outra palavra bondosa — corajosas. É um caso para vocês.

Ao chegarem à casa indicada, 3 crianças, entre 3 e 7 anos, estavam acorrentadas a um botijão de gás e deitadas no chão, aparentando desnutrição e chorando compulsivamente. Na casa de um cômodo e banheiro não havia mais do que uma cama e uma mesa com 2 cadeiras. A televisão velha não funcionava mais.



A vizinha que denunciou o pai abusador não se continha de indignação na frente dos policiais: *“Ele é um monstro, bate nas crianças todo dia!”*

Um dos policiais ficou com os olhos vermelhos de lágrimas quando uma das crianças, mancando e ainda com as marcas da violência no pequeno tornozelo, lhe perguntou se agora podia brincar.

O pedreiro não estranha o movimento na rua ao voltar para casa. Afinal, não seria a primeira morte na vizinhança. Foi abordado pelos policiais e algemado com o rosto comprimido ao chão. Os socos e pontapés que levou a seguir não alteraram muito a humilhação.

Recomposta a situação de ilegalidade, os policiais até se orgulharam da sua atuação e tiveram absoluta convicção da justiça do seu procedimento. Estranharam apenas o choro compulsivo das crianças ao serem separadas do pai.

A fisionomia do homem era ameaçadora: traços rudes, forte, olhar frio. Indagado sobre os fatos, balbuciou sua defesa em palavras incompreensíveis. Dava para notar que era analfabeto e nascera no interior. O delegado mandou que fosse recolhido à prisão, e lá ficou por 2 meses.

Uma assistente social — agora vem o recado — se interessou pelo caso. Estudou o caso, elaborou um estudo social semanas depois. Graças a ela foi possível, ainda que tardiamente, fazer justiça ao pedreiro culpado.

Esta é a história do acusado: sétimo filho de 9 irmãos. Tornou-se trabalhador rural aos 6 anos de idade e não frequentou a escola. Veio para a cidade grande e conheceu sua ex-mulher, com quem teve 3 filhos. Viúvo, o pedreiro não era grande atrativo para nenhuma mulher e criava os filhos sozinho. Rude e de poucas palavras, educou-os com os referenciais que tinha na memória de sua infância na roça. Com seu salário mínimo mensal, não podia muita coisa. Creche não havia, assistência social muito menos. Para complicar, a proximidade da sua casa com a rodovia lhe trazia uma triste lembrança: a sua mãe ficara inválida ao ser atropelada. Compreendendo a situação, ele não teve dúvida: não deixaria que seus filhos tivessem o mesmo triste destino de sua mãe. Para evitar que os filhos morressem atropelados, decidiu acorrentá-los em casa.



Esse caso nos revela a necessidade de todos nós — e falo agora com os jornalistas, juízes, promotores, delegados; com você que tem um vizinho que é mau encarado...

Você, assistente social, quando recebe uma denúncia — eu gostaria que ela estivesse aqui —, o pessoal do Disque 100, o pessoal que recebe denúncia anônima normalmente vê um monstro, e, muitas vezes, há pessoas que realmente praticaram coisas terríveis. Mas é preciso olhar além das aparências, olhar além daquela fotografia. Precisamos ver o filme que está por trás dela.

Não estou dizendo que se deva ficar sempre do lado de um “não, não, não”. Você tem de ter equilíbrio, e é a isso que eu quero exortá-los aqui. Para combatermos a pedofilia e a exploração sexual contra crianças e adolescentes, precisamos, em primeiro lugar, desconfiar, investigar as situações suspeitas. Em segundo lugar, precisamos de equilíbrio, precisamos saber que, muitas vezes, pessoas honestas estão sendo denunciadas. Terceiro, precisamos saber o que fazer com esses casos.

À tarde, teremos outros profissionais, mas eu procurei sumarizar o máximo as coisas. Eu creio que se não começarmos a agir na nossa esfera de influência... Você, que é pai, que é mãe, que é professor, não olhe para o Governo, nem para o Prefeito da sua cidade, nem para a escola onde você trabalha. Olhe para a sua sala de aula. Deputado, é isso que eu venho fazendo em palestras. Médico, olhe só para seu consultório. Se cada um começar a exercer o seu papel, vamos ter uma transformação tremenda. Queremos grandes programas nacionais para mudar a situação que está na nossa mão.

Eu creio que os 2 devem equilibrar-se. Precisamos de programas, políticas públicas. Precisamos melhorá-las, mas pouco poderá ser feito se as pessoas, os indivíduos, as famílias, os profissionais, a despeito de grandes projetos de políticas públicas, não cumprirem a sua função.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Biscaia) - Cumprimento V.Sa. Fomos brindados com extraordinária palestra, que levará, sem dúvida alguma, todos nós a refletir. Há 2 indagações para eu lhe fazer.



Quero dizer também que concordo inteiramente, em primeiro lugar, com a questão dos poderes do Estado e do próprio Ministério Público. Muitas vezes, as pessoas, primeiro, atacam as instituições como se elas fossem abstratas. Eu digo que elas são integradas por homens e mulheres. São eles que fazem as instituições.

Então, muitas vezes dizem que o Judiciário hoje é corrupto. Não, não é. O Judiciário é uma instituição abstrata, que tem de ser preservada. Pode ser que existam integrantes do Judiciário... Da mesma maneira no Legislativo, com a classe política é a mesma coisa.

Essa é a observação. Se cada um cumprisse a sua parcela, as instituições teriam papel mais importante.

Em segundo lugar, também acho que o Congresso não é fábrica de leis, como alguns imaginam. Ele tem o papel de legislar, mas alguns Parlamentares imaginam que têm de apresentar propostas e apresentam as mais absurdas, que não são aprovadas e ainda que fossem não atingiriam seus objetivos. Quer dizer, a lei não tem esse efeito miraculoso de reduzir a gravidade do quadro que está relacionado com a pedofilia, com o abuso de crianças e adolescentes.

Por último, também concordo integralmente com a importância da estrutura familiar para evitar tudo isso. E não é apenas em áreas mais carentes. Também em estratos da classe média elevada há essa liberalidade com os próprios filhos, achando que é isso. Eu não sei se já existem na classe média pais que consideram que aos 13 ou 14 anos têm de orientar a filha para o uso do anticoncepcional e o filho daquela outra maneira. Se isso está acontecendo, é lamentável.

Vou fazer-lhe as 2 perguntas e peço-lhe que, ao final, conclua, para que possamos encerrar nossos trabalhos dessa primeira fase. A primeira pergunta é da Secretária-Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão, Maria José Nazareno, que lhe dirige a seguinte indagação: *“Como combater e fiscalizar a mídia — televisão, tevê, DVD — que incentiva crianças e adolescentes e até os pais, no sentido de que a pornografia é algo normal e que não é possível que aconteça? Como resolver e fiscalizar?”*

E a representante da OAB de Mato Grosso, Rosarinha Bastos, Presidente da Comissão da Infância e da Juventude daquela seccional, indaga: *“Qual é seu ponto*



de vista com relação ao segredo da Justiça relacionando a imagem do pedófilo, abusador, explorador, etc.? No meu Estado, observa-se essa prática”.

O SR. GUILHERME SCHELB - Toda circunstância que você tenha na sua vida pessoal... Vou dar uma orientação aqui sobre a questão da mídia. Quando conhecemos a lei que regula a comunicação social, sabemos quais são os limites daquela atuação. Então, isso aqui não funciona só para a mídia, não. É o Conselho Tutelar que não funciona. O Conselho Tutelar é algo incrivelmente fantasmagórico. Eu sei que há conselheiros excelentes e Conselhos Tutelares muitos bons, mas a exceção é de 1%, e digo isso com tranqüilidade. E eles, às vezes, querem trabalhar. Não têm corpo técnico, não têm estrutura, não têm formação. Coitados! Conselho Tutelar. Meu Deus! O que fizeram com a defesa da criança? Meus Deus! Meu Deus! E não é culpa do conselheiro, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Biscaia) - V.Sa. sabe que, no Rio de Janeiro, há um processo eletivo, é uma eleição? E sabe que o narcotráfico já está elegendo seus candidatos para o Conselho Tutelar?

O SR. GUILHERME SCHELB - Com certeza, é um órgão executivo, tem poderes de requisição. Os conselheiros... Eu não sei sobre isso... Francamente, já são 18 anos de Estatuto, e não creio que tenha de mudar. Eu não sei o que fazer, porque se o treinamento que é dado a eles... Primeiro, o caráter eletivo de um órgão executivo daquela forma gera muitas ingerências políticas de localidade, pretensões políticas, o trampolim para alguma coisa — uma pessoa sem habilitação para lidar com aquilo recebe o aviso de um abuso sexual e conversa com todo mundo: *“Olha, a filhinha de não sei quem foi abusada”.*

Queridos, eles não têm nenhuma noção para lidar com segredos. E o conselheiro tutelar lida com a intimidade. Você aí, assistente social, é louca se fizer uma denúncia no Conselho Tutelar. Eu digo isso aqui e digo isso no livro. Quem é por você, conselheira? Quem é por você, assistente social? Quem é por você, professor? Soldado?

Nós somos muito engraçados. Fazemos uma lei, obrigamos eles a cumprir, e, se der alguma coisa errada, a culpa é deles. Nem o comandante fica do lado do soldado que cumpre a lei. Algemou, foi filmado, 30 dias de prisão para ele. Veja só: hoje o soldado tem medo de algemar. Sabe o que ele faz? Não prende. Aí vem o



problema. Você sabe que o problema no morro é quando a polícia prende e sobe o morro. Vocês sabem disso. Porque prender... Vai subir ou vai descer, Deputado? Essa é a pergunta. Se a polícia subir, a mãe vai correndo e segura no policial: *“Daqui eu não saio, me mata junto com o meu filho”*. Se subir, é porque vai matar ou vai espancar. Se descer, é porque vai levar para a delegacia. É a realidade.

Eu creio que se não enfrentarmos a realidade... Creio que esta Câmara tem uma universidade corporativa, não tem? Tem universidade corporativa aqui. Podem-se fazer pesquisas extremamente benéficas, até para as CPIs. Se vocês pegarem os temas... Porque hoje o tema é tão imerso em ideologias que você, às vezes, pega um pesquisador que quer defender determinada corrente sei lá de que, e ele faz a pesquisa com aquele viés, aquela visão de mundo. E a Câmara tem de ser isenta. Põe um do PT, um do PSDB, põe um que defende tal coisa, outro que defende outra e faz uma pesquisa em conjunto, para identificar o que acontece na realidade, porque hoje as pesquisas acadêmicas, queridos, estão completamente influenciadas pelo poder econômico, pelas grandes indústrias. Se você fizer uma pesquisa sobre tema que não interessa a uma grande indústria, você não tem recursos, etc., etc. Vocês sabem disso.

Voltando ao tema, para se combater a mídia, primeiro você tem de se organizar. Se você é um professor e identificou essa situação num programa de televisão, anote, leve para sua escola, para o sindicato, para uma entidade. E você tem que colocar aquilo de forma que você não pareça um marciano, não é? É como eu disse para vocês.

Acho que uma menina de 14 anos... A lei brasileira... Ainda está vigente o Código Penal, não é, Deputado? Eu creio. Não sei! Às vezes, aboliram lá os arts. 213, 214, quando dizem que manter relação sexual com uma menor de 14 anos, independentemente da vontade dela, é crime, é estupro presumido. Não sei se vocês sabiam disso. De forma inversa, a lei está dizendo assim: “Olha, pessoal de 18 anos para cima, se vocês tiverem relação sexual com menor de 14 anos, é estupro.

Não sei se está valendo. Creio que ainda vale. Vale. Porque, às vezes, a lei pega e não pega. É difícil isso. Então, quero dizer para vocês: o Supremo diz que não pega, gente. Vocês estão desatualizados. Está aqui no livro. Eu quero que um



dia venham me dizer que estou errado, porque o Supremo entende, e não estão gravando, graças a Deus. O Supremo entende que, quando a menina não aparenta ter 14 anos, embora tenha 11, 10, 8, 9 e aparente ter mais de 14, não se aplica a norma. E aí absolveu o rapaz, o marceneiro que manteve relação sexual com a moça de 11 anos e alegou que não — ela já se prostitui na rua, aparenta ter mais de 14 anos, etc.

De modo que essa discussão vocês vêem. Eu aponto para a legislador, mas aponto também para nós, da Justiça. Então, o Supremo abriu a porta: Olha, aquelas meninas que estão lá na rua, aquelas que envelhecem porque pegam sol direto, porque bebem cachaça todos os dias e já estão no alcoolismo, drogadas e espancadas... Porque você sabe que a pessoa, quando está submetida a isso, envelhece. Já notaram isso? Vá à roça e pegue uma menina de 25 anos. Parece que tem 50, porque o trabalho na roça, no sol, naquelas circunstâncias envelhece. Pois o Supremo disse assim: Com essas aí que envelhecem, exatamente porque estão em situação degradante, pode-se manter relação sexual. É a realidade. Eu ponho no livro, escrevo. Gostaria até que um dia me processassem. Não gosto disso, não. Odeio processo, é desagradável, mas escrevo aqui e digo: Olha, é convivência do Supremo Tribunal Federal com abuso sexual.

Agora, vejam só. É o Supremo? Vou guiar-me pelo Deputado, porque é um membro do Ministério Público, admirado pela vida que tem — é uma honra estar aqui. E não falo para agradar, não, viu, querido? Pode ter certeza. Pode ter certeza. Não é o Supremo. Vejam, foi uma decisão, num determinado momento... Alguns Ministros foram até contrários, mas prevaleceu esse entendimento.

Só quero mostrar para vocês o seguinte: precisamos lutar com a realidade. Então, não adianta a gente chegar para uma situação em que todos estão admitindo uma menina de 14 anos manter relação sexual. Vocês podem me criticar: *“Guilherme, mas você tem que lutar contra isso”*. Eu sei, só que se eu disser assim, 14, ninguém presta atenção. Doze anos não dá. Vocês concordam, policiais, professores? Doze anos está bom? Qual é nosso pacto? São 12 ou 10 anos? São 10 anos. Então, são 10 anos, gente. Vamos lutar mesmo. Qual é? O Brasil ainda não descobriu. Estamos aqui para descobrir isso.



Em relação à mídia, organize-se. Se você identificou um grupo social, pode ser uma associação, você pode primeiro buscar uma assessoria — e tem que ter um advogado — para avaliar se aquilo não é pornografia. Por mais que você não goste, há coisas que não são pornografia. Embora a gente ache infeliz, o conceito legal de pornografia já está segmentado do ponto de vista do Judiciário. Não vamos criar a roda. Por isso, é preciso um advogado. Para você denunciar esse programa aqui — quem fez a pergunta —, vai precisar da assessoria de um advogado, de um grupo de pessoas, porque se você for sozinho não vai fazer verão nenhum. É uma orientação bem prática. E, rapidamente, em relação...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUILHERME SCHELB - Olha, precisa sim. O segredo de justiça... Veja só. Existem situações em que uma injustiça praticada não tem como se recompor. Sei que todos queremos uma justiça rápida. Alto lá. Até que se configurem as responsabilidades, muito cuidado. Falo muito sobre isso com conselheiros tutelares, porque, até ao investigar, podemos causar um mal maior do que o crime cometido.

Caso real: Tocantins, tentativa de estupro numa escola. Olha a situação, Deputado! Tentativa de estupro. O agressor, na saída, no final do turno, pegou a menina de 12 anos, rasgou as roupas dela, ia estuprá-la e, antes que pudesse dar início propriamente, foi preso. A menina foi libertada, não foi agredida do ponto de vista mais grave. Muito bem. Quem testemunhou aquilo? Os professores da escola. Foram até a delegacia, e lavrou-se a ocorrência: tentativa de estupro. Pois vocês acreditam que os professores que lidaram com aquilo falaram tanto sobre aquilo — não tiveram cuidado nenhum com a intimidade da menina — que a cidade inteira ficou sabendo algo novo, que ela tinha sido realmente estuprada? Não tinha, mas o descuido dos profissionais, a conversa com a mãe, com os amigos, com a filha... Ou seja, a intimidade dela foi mais agredida pela boca do profissional, pela nossa boca do que pelo crime propriamente dito.

Estou dizendo isso por quê? Do ponto de vista do segredo, a imagem do acusado ou da vítima tem que ser preservada do ponto de vista prático, inclusive porque você descobre que aquilo que muitas vezes era uma situação de pedofilia é outra coisa, e freqüentemente. E em que proporção isso acontece? Não vou dizer se



são 5%, 10% ou 15%. Existem manipulações, inclusive, para você processar uma pessoa acusando-a de uma coisa grave. Mães manipulam filhos, e não são poucos os casos, porque o pai abandonou. Não estou dizendo que são também preponderantes. A mãe ou pessoas interessadas manipulam a denúncia, a representação. Para quê? Para prejudicar aquela pessoa. E aí imaginem a imagem dela sendo veiculada, sendo colocada como pedófila. Não tem como recompor isso. Muitas vezes, ela vai ser agredida, morta. Por quê? Porque a ausência do segredo de justiça em casos como esse provoca comoção que você não controla. Essa comoção pública tem que ser controlada.

Sei que é pouco, sei que falei pouco, e as pessoas talvez tenham muitas dúvidas, mas, pela questão de tempo, a gente vai reduzir, não é, Deputado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GUILHERME SCHELB - Deixa eu lhe dizer. Vamos ser francos. Não falei do crime organizado. Você vê que se não se combater o crime organizado... Sabe o que é o crime organizado? É o crime que controla o Poder Público. Então, se você tem o Poder Público...

Queridos, não vou falar nome de Estado aqui, porque senão vocês vão querer me bater. Acho que aqui há pessoas de todos os Estados. Investiguei do Pará até o Rio Grande do Sul. Tudo o que você imaginar eu já vi. Se você imaginar que em alguns Estados há delegacias... Sei que os delegados que estão aqui não vão sentir-se ultrajados, porque no Ministério Público já tive também. Não foi a Promotoria inteira, mas teve situação de promotores com relacionamentos... Não dá! Há delegacias inteiras que eram crime organizado. Então, esse delegado faz uma batida...

Por isso, nós, delegados — e me considero da Justiça —, juízes, não podemos ser coniventes com a corrupção. Por mais que esteja lá no fundo, onde a gente está, aquilo ali virá até nós. E esses delegados faziam o quê? Flagrantes armados. Eles armavam o flagrante, simulavam situações para denegrir aqueles que estavam em conflito com... Você está me entendendo, não é? Então, essa situação do flagrante, queridos, deve ser preservada ao máximo. Por quê? Porque quanto melhor ela for feita, mais perfeita a prova judicial vai ser. Como a gente se emociona no flagrante... É a pior coisa. Você, que se emociona no flagrante, é a pior



profissional para a sociedade, para a Justiça, porque sua emoção vai impedir-lhe de coletar bem as provas, de fazer... Quando você o expõe no flagrante, demonstra que você tem alguma coisa com ele.

Vou só lembrar rapidamente caso famoso nos Estados Unidos gerado por isso: O. J. Simpson. Por que ele foi absolvido, qual foi o motivo? A esposa dele e o amante da esposa foram esfaqueados e mortos, e ele, em seguida ao crime, foi pego vagando pela rua, desesperado. Mas o policial que fez o flagrante tinha antecedente de racismo, e as circunstâncias daquele flagrante ficaram pouco explicáveis — são coisas que a autoridade agiu no flagrante e praticamente colocou em dúvida. Ele foi absolvido por autuação de flagrante indevida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Biscaia) - Está bem. Por favor, passe o livro, porque estão solicitando. Há solicitação minha também.

O SR. GUILHERME SCHELB - Então, já pode tomar posse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Biscaia) - Eles queriam apenas que indicasse qual foi: *Violência e Criminalidade Infanto-Juvenil: Estratégias para a Solução e Prevenção de Conflitos*, de Guilherme Zanina Schelb.

O SR. GUILHERME SCHELB - Pode ficar com este.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Biscaia) - Muito obrigado.

Quero agradecer às pessoas que permaneceram até agora. Lamentamos a questão do horário, porque é uma intervenção, além de profunda e importante, cativante. Queríamos continuar a ouvir o Dr. Schelb, mas o tempo é um impedimento. Avançamos com condutas, com manifestações e posturas de homens e mulheres que ocupam as mais diversas instituições: na polícia, os homens de bem, no Ministério Público e em todos os Poderes do Estado. Temos que acreditar sem perder a esperança, uma virtude cristã que temos de exercer sempre. Não é fácil, mas a desesperança não leva a nada, Dr. Schelb.

Agradeço, em nome da Comissão, a presença a V.Sa.

Vamos fazer um intervalo e retornaremos às 14h, no Plenário 6.

Muito obrigado a todos.